



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
DO PARANÁ**

Campus Cornélio Procópio

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO**

ANTONIO PAULO GUILLEN HURTADO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATERIAL DIDÁTICO PARA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

CORNÉLIO PROCÓPIO – PR
2019

ANTONIO PAULO GUILLEN HURTADO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATERIAL DIDÁTICO PARA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Cesar Garcia Freitas.

CORNÉLIO PROCÓPIO – PR
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

G958e GUILLEN HURTADO, Antonio Paulo
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATERIAL DIDÁTICO PARA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / Antonio Paulo GUILLEN
HURTADO; orientador Carlos Cesar Garcia FREITAS -
Cornélio Procópio, 2019.
114 p. :il.

Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade
Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Ensino, 2019.

1. Educação Financeira. 2. EJA. 3. Livro Didático.
4. ENEF. I. FREITAS, Carlos Cesar Garcia, orient.
II. Título.

ANTONIO PAULO GUILLEN HURTADO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná – *Campus* Cornélio Procópio, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino.

Após realização de Defesa Pública o trabalho foi considerado:

APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Cesar Garcia Freitas.
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Profa. Dra. Helenara Regina Sampaio Figueiredo
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR

Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Cornélio Procópio, 19 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho ao meu pai (em memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua presença em minha vida e pela sabedoria que concede a todos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Cesar Garcia Freitas por sua imensa contribuição neste trabalho, pela paciência, respeito, constante disposição e oportunidade de trabalharmos juntos.

Agradeço às professoras componentes das bancas de qualificação e defesa, Dr^a Priscila Carozza Frasson Costa e Dr^a Helenara Regina Sampaio Figueiredo pelas contribuições no desenvolvimento dessa pesquisa.

Obrigado, minha mãe, por estar sempre incentivando e orando pelo sucesso de seus filhos, e meu irmão por sempre estarmos juntos.

Sou imensamente agradecido a minha esposa Karine de Paula Ramos Hurtado, e filhos Elias Ramos Hurtado e Benjamin José Ramos Hurtado, pela compreensão, paciência e auxílio em todos os momentos de nossas vidas, mas principalmente nesse período do mestrado.

Muito obrigado a todos os professores do PPGEN-UENP, especialmente Prof^a Dr^a Anecy Tojeiro Giordani, Prof. Dr. João Coelho Neto, Prof. Dr. Lucken Bueno Lucas, Prof^a Dr^a Simone Luccas, Prof^a Dr^a Roberta Negrão de Araujo.

Sou grato por todos os professores que passaram em minha vida, assim como amigos de escola e faculdade.

“Nenhum obstáculo será grande se a sua vontade de vencer for maior”.

Autor desconhecido

GUILLEN HURTADO, Antonio Paulo. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2019.

RESUMO

Considerando a relevância da Educação Financeira na atualidade, assim como os avanços tecnológicos, compreende-se que a temática precisa estar inserida no âmbito escolar. Sendo um assunto de grande importância em todas as etapas da Educação Básica, também deve ser abordado na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um livro didático para a EJA, com base nos pressupostos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e aplicá-lo em sala de aula. Essa pesquisa levantou a seguinte pergunta problema: Como a Educação Financeira pode ser trabalhada na EJA, contribuindo para a formação dos alunos? Assim, esse estudo é caracterizado como uma pesquisa tecnológica na qual foi produzido um novo material didático por meio do conhecimento científico. Diante da aplicação do Produto Educacional em uma turma da EJA, foi realizada a análise de dados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) que permitiu estabelecer as categorias que foram trabalhadas, bem como as unidades de análise. Todo o estudo foi baseado nos principais referenciais teóricos que versam sobre Educação Financeira e Educação de Jovens e Adultos refletindo sobre o contexto histórico, amparos legais e contribuições práticas no meio da sociedade, em consonância com materiais e dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ainda foram trabalhados os objetivos e competências apresentados pelo Programa de Educação Financeira nas Escolas (ENEF). A elaboração do Produto Educacional e sua aplicação no ambiente escolar alcançou como resultados a propagação de conhecimentos e práticas de Educação Financeira formando outros potenciais disseminadores, além de educar os alunos para o consumo e poupança, despertando interesse e participação em sala de aula, contribuindo na aprendizagem por meio de aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades através de atividades e reflexão de novas atitudes no que se refere às finanças. Destarte, vislumbra-se que é possível trabalhar a Educação Financeira na EJA, mediante uso de materiais adequados, contribuindo para a formação e vida dos alunos.

Palavras-chave: Educação Financeira. EJA. Livro Didático. ENEF.

Guillen Hurtado, Antonio Paulo, **FINANCIAL EDUCATION: STUDY MATERIAL FOR ADULT AND YOUTH EDUCATION**. 2019. 112 SHEETS. Thesis (Teaching Professional Master) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2019.

ABSTRACT

Considering the importance of the Financial Education currently, as well as the technological improvements, it is further understandable that this topic needs to be inserted in the school setting. Being a very important subject in all the stages of the Elementary Education, it must also be addressed in the form of teaching Adult and Youth Education (AYE), according to the proposal of Curricular Common National Financial Base (CCNB). In this way, the present study had as the objective to develop a textbook for the AYE based on the prerequisites of the National Strategy of the Financial Education (NSFE) and apply it in the classroom. This research raised the following problem question: How can the Financial Education be taught at AYE, contributing to the students' formation? Thus, this study is characterized as a technological research in which a new study material was produced by the scientific knowledge. Being the Educational Product applied in an AYE group, the data analysis was done from the Discursive Textual Analysis (DTA) which allowed to establish the categories that were taught as well as the analysis units. All the study was based on the main theoretical references that relate to Financial Education and Adult and Youth Education, thinking about the historical context, legal protections and practical contributions for the society in an agreement with the materials and data of the Organization for the Cooperation and Economic Development (OCED). It was also taught the objectives and competences shown by the Financial Education Program in the schools (ENEF). The elaboration of the Educational Product and its application in the school setting reached as results the spread of knowledge and Financial Education practices, forming other potential disseminators educating the students for the consumption and savings, stimulating the interest and participation in the classroom, contributing in the learning by the knowledge acquisition, developing the abilities by activities and reflections of new attitudes relating to finance. Therefore, it is seen that it's possible to teach Financial Education at AYE through the use of suitable material, contributing to the students' formation and life.

Key Words: Financial Education, AYE, Textbook, ENEF.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BCB	Banco Central do Brasil
BMF	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDBs	Certificados de Depósito Bancário
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNseg	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CPF	Cadastro de Pessoa Física
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PEIC	Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERASA	Centralização de Serviços Bancários
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
SPN	Sistema Previdenciário Nacional
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Diretores do CEEBJA.....	64
Fotografia 2: Professor pesquisador e professora regente de Matemática.....	72
Fotografia 3: Alunos do CEEBJA realizando atividades.....	74
Fotografia 4: Alunos do CEEBJA.....	78
Fotografia 5: Professores e alunos ao final da aula.....	79
Fotografia 6: Alunos refletindo sobre Consumo Planejado.....	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Finalidade da ENEF.....	30
Figura 2: Proposta Metodológica de Formação em Educação Financeira.....	47
Figura 3: Relação entre os níveis da dimensão espacial com a dimensão temporal da Educação Financeira.....	48
Figura 4: Competência Financeira.....	50
Figura 5: Decágono das Competências – Educação Financeira nas Escolas.....	52
Figura 6: Competências Financeiras.....	67
Figura 7: Perguntas do Consumo Consciente.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos, competências e conceitos para a ENEF.....	36
Quadro 2: Conteúdos abordados em materiais didáticos sobre Educação Financeira.....	45
Quadro 3: Plano de Aulas 01 e 02.....	73
Quadro 4: Planos de aulas 03 e 04.....	77
Quadro 5: Resposta dos alunos participantes.....	80
Quadro 6: Atividade do Livro Didático.....	81
Quadro 7: Respostas dos alunos.....	81
Quadro 8: Resumo das respostas dos alunos.....	82
Quadro 9: Respostas dos alunos.....	83
Quadro 10: Categoria de análise: Orçamento pessoal e familiar.....	84
Quadro 11: Plano de aulas 05 e 06.....	85
Quadro 12: Respostas dos alunos.....	88
Quadro 13: Respostas dos alunos.....	89
Quadro 14: Categoria de análise: Consumo Planejado.....	90
Quadro 15: Plano de aulas 07 e 08.....	91
Quadro 16: Resumo das 8 aulas e atividade.....	95
Quadro 17: Respostas dos alunos: Atitudes em relação ao orçamento pessoal e familiar.....	96
Quadro 18: Respostas dos alunos: Atitudes em relação ao consumo planejado.....	96
Quadro 19: Respostas dos alunos: Atitudes em relação a poupança e investimento.....	96
Quadro 20: Respostas dos alunos (dimensão espacial).....	97
Quadro 21: Categoria de análise: Poupança e Investimento.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 REFERENCIAL TEÓRICO	21
1.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	21
1.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	27
1.2.1 Educação Financeira no Brasil.....	28
1.2.2 Educação Financeira nas Escolas.....	32
1.2.3 O Livro Didático no Brasil.....	38
2 APORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA	40
2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	40
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL.....	41
2.3 ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	42
2.3.1 Planejamento do Material Didático quanto ao Objeto.....	42
2.3.2 Planejamento do Material Didático quanto ao Conteúdo.....	44
2.3.3 Construção do Material Didático.....	44
2.3.3.1 Definição de conteúdos.....	45
2.3.3.2 Objetivos do livro didático.....	46
2.3.3.2.1 <i>Pressupostos básicos</i>	47
2.3.3.2.2 <i>Objetivos</i>	48
2.3.3.3 Abordagem educativa.....	49
2.3.3.4 Implicações.....	51
2.3.4 Avaliação do Material e sua Aplicabilidade.....	55
2.3.4.1 Questões em relação ao uso do material que deve ser avaliado.....	55
2.3.4.2 Aplicação do produto educacional.....	56
2.3.4.3 Procedimentos avaliativos.....	58
3 PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL	60
4 APLICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL	64

4.1	AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL POR PROFESSORES ESPECIALISTAS.....	67
4.2	APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 1 e 2 – INTRODUÇÃO: NOÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	72
4.2.1	Relatório da Aplicação do Produto Educacional.....	72
4.2.2	Análise de Dados do Conteúdo Aplicado.....	75
4.3	APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 3 e 4 – ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR.....	77
4.3.1	Relatório da Aplicação do Produto Educacional.....	77
4.3.2	Análise de Dados do Conteúdo Aplicado.....	80
4.4	APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 5 e 6 – CONSUMO PLANEJADO.....	85
4.4.1	Relatório da Aplicação do Produto Educacional.....	85
4.4.2	Análise de Dados do Conteúdo Aplicado.....	87
4.5	APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 7 e 8 – POUPANÇA E INVESTIMENTO.....	91
4.5.1	Relatório da Aplicação do Produto Educacional.....	91
4.5.2	Análise de Dados do Conteúdo Aplicado.....	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICES.....	113
	APÊNCIDE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	114

INTRODUÇÃO

O momento atual em que vive a sociedade tem se caracterizado por uma enorme oferta de produtos e serviços que “prometem” atender as mais diversas necessidades e desejos das pessoas. Diante do progresso tecnológico, do avanço das organizações, dos meios de comunicações e da globalização, povos de diferentes culturas são instigados a satisfazer seus desejos por meio dos bens de consumo.

Isso decorre devido à facilidade de se comprar aliada à oferta de crédito, decorrente do considerável número de produtos disponibilizados no sistema financeiro.

Contudo, essa oferta de produtos e facilidades podem tornar-se uma “armadilha” para as pessoas que não têm conhecimento e capacidade para uma adequada gestão financeira pessoal.

Desta forma, a Educação Financeira é de suma relevância no contexto atual, diante da necessidade de conhecimento sobre o tema (CAMPOS; SILVA, 2014).

Mesmo frente à importância do tema, muitas pessoas não têm conhecimentos básicos sobre como planejar e administrar suas finanças, tampouco como poupar ou investir a longo prazo (ENEF, 2011 a).

A Educação Financeira é definida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), como o processo pelo qual aperfeiçoa-se o conhecimento sobre os produtos financeiros, e por meio de informação, formação e orientação, conseguem conquistar as qualificações adequadas para avaliar riscos e oportunidades. Colabora na formação do sujeito e, por consequência, a toda a sociedade, sempre com uma visão de compromisso com o futuro. Procurando auxílio, é possível as pessoas realizarem escolhas corretas e tomar atitudes que propiciem bem-estar (OCDE, 2004).

No âmbito escolar, os alunos também precisam estar inseridos no contexto das finanças, sendo motivados a compreender sobre o tema, tornando-se competentes para tomar decisões adequadas em relação aos assuntos financeiros, seja na sua vida particular, familiar ou comunitária (SILVA; POWELL, 2013).

A partir das orientações do Ministério da Educação e Cultura - MEC, considerando o valor da Educação Financeira, o tema foi apresentado na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), como necessário ao currículo escolar, considerando que os conceitos básicos de economia e finanças devem ser estudados, de modo a potencializar a autonomia dos alunos, e despertar opiniões conscientes e críticas nas diversas práticas financeiras do cotidiano (BRASIL, 2018).

Por sua vez, no campo educacional, temos a modalidade de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista no artigo 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Essa modalidade é “[...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constitui instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”, sendo uma importante política de inclusão social (BRASIL, 1996, p.1).

Na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA) realizada no ano de 1997 em Hamburgo na Alemanha, que tinha o objetivo de discutir o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, foi destacado que a EJA é mais que um direito, é uma forma de efetivar o exercício da cidadania, promovendo o desenvolvimento da democracia, justiça e igualdade, estimulando uma cultura de paz (CONFINTEA, 1997).

Da mesma forma que a Educação Financeira é considerada importante para a educação curricular dos alunos no processo regular de ensino, também o é para os alunos da modalidade EJA. Pela característica dos alunos, tem maior relevância social, pois se trata de um público que vive os desafios de administrar suas demandas financeiras, devido aos gastos com moradia, alimentação, saúde, educação, aposentadoria, além do que, ao utilizar os conhecimentos científicos de modo adequado, poderão enfrentar os problemas com agilidade e rapidez, acompanhando as mudanças sociais.

Sendo assim, justifica-se o presente trabalho apresentando-se a importância e a necessidade da aprendizagem da Educação Financeira no contexto da EJA devido aos alunos dessa modalidade de ensino já atuarem no dia a dia no gerenciamento de seus orçamentos e ainda, diante do atual cenário econômico nacional. Surge o interesse do autor em pesquisar e discutir a Educação Financeira na modalidade de ensino EJA, haja vista, sua formação e atuação. Formado em Direito e Sociologia, atuando como advogado no ramo de Direito do Consumidor, Direito Empresarial e também como professor na EJA, percebeu-se a necessidade

de ampliação da discussão em torno do assunto dentro do ambiente escolar, e, conseqüentemente, em toda a sociedade.

Fundamenta-se o presente trabalho, em estudos preliminares executados pelo autor, como segue:

Inicialmente, foi realizado em maio de 2018, o processo de Revisão Sistemática de Literatura, por meio de um mapeamento dos artigos nas revistas científicas na área de ensino qualis A1, A2 e B1, do Portal de periódicos da CAPES, além das dissertações de mestrado sobre o tema (palavra-chave) Educação Financeira e EJA (entre aspas), inseridas na Plataforma Sucupira. O resultado dessa Revisão Sistemática foi apresentado na conclusão da disciplina Fundamentos Metodológicos da Pesquisa Científica, do Programa de Pós-graduação em Ensino da UENP, demonstrando 20 (vinte) artigos científicos versando sobre o tema, publicados entre os anos de 2008 a 2018. Desses 20 artigos, apenas 1 abordava a Educação Financeira diretamente relacionada a EJA. Em relação às dissertações de mestrado, 30 apresentavam a temática Educação Financeira, e apenas uma abrangia a Educação Financeira na EJA.

Posteriormente, fez-se um levantamento bibliográfico acerca das produções acadêmico-científicas sobre a Educação Financeira aplicada na EJA. Esse levantamento apontou que, apesar de inúmeras obras realizadas nos últimos anos, poucas relacionam à Educação Financeira à EJA, sendo que o artigo que aborda essas temáticas foi publicado no ano de 2015. Retrata uma região agrícola de Minas Gerais, apresentando a necessidade de conscientização de ações que possam contribuir para o crescimento financeiro de todos, incentivando o cooperativismo agrícola, haja vista, que os alunos dessa região são chefes de família e administram suas finanças. E ainda, duas dissertações de Mestrado na área de Ensino, que tratavam da Educação Financeira na EJA (GUILLEN HURTADO; FREITAS, 2019).

O levantamento bibliográfico em questão foi apresentado no 2º Congresso Internacional de Ensino, promovido pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, no Município de Cornélio Procópio, no ano de 2019, justificando a necessidade de produções que abordem a Educação Financeira no ambiente escolar, mais precisamente na EJA.

Diante das evidências apresentadas, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa: Como a Educação Financeira pode ser trabalhada na Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para a formação dos alunos?

Em resposta à questão, foi proposta a elaboração e aplicação de uma produção técnica educacional que, no presente caso, trata-se de um livro didático que tem como tema: Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos.

O objetivo geral dessa pesquisa foi desenvolver um livro didático com base nos pressupostos da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF.

A partir desse objetivo geral, teve-se os objetivos específicos:

- a) Realizar uma revisão teórica sobre as temáticas: Educação de Jovens e Adultos, e Educação Financeira;
- b) Apresentar uma proposta metodológica para desenvolvimento da pesquisa;
- c) Elaborar o Produto Educacional de forma que a Educação Financeira possa ser aplicada no ambiente escolar, mais precisamente, na EJA;
- d) Aplicação parcial do livro didático em uma turma da EJA;
- e) Analisar as contribuições do material didático para a EJA.

A partir da elaboração e aplicação desse Produto Educacional, ou seja, o livro didático “Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos” pretendeu-se colaborar na conscientização sobre a importância do tema, de forma que os alunos sejam preparados para administrar seus recursos financeiros no momento presente, com uma visão de compromisso com o futuro.

Destarte, o presente trabalho está organizado da seguinte forma:

Inicialmente, apresenta-se a introdução, contemplando a justificativa, a problemática e os objetivos.

Na sequência, no capítulo I, têm-se o referencial teórico com a descrição da trajetória histórica da EJA, até conquistar um maior destaque e atenção do poder público, sendo assegurado esse direito na Constituição Federal de 1988. Abordam-se os conceitos de Educação Financeira, a relevância do assunto, o seu desenvolvimento no Brasil, principalmente, a partir do Decreto nº 7.397/2010, onde ficou instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, apresentando sua importância no âmbito educacional e os seus aspectos legais.

No capítulo II, destacam-se os aportes metodológicos da pesquisa, evidenciando a abordagem metodológica, assim como o Produto Educacional, desde o seu planejamento, construção e avaliação do material.

Nas referências, são indicadas todas as obras que serviram de base para desenvolver a pesquisa e o produto.

Por fim, segue em apêndice o Produto Educacional, o livro didático “Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos”, que é a parte central do objetivo da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentadas importantes considerações teóricas a respeito dos temas “Educação de Jovens e Adultos” e “Educação Financeira”, com o objetivo de situar os leitores a respeito das temáticas envolvidas no estudo.

1.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos vem se institucionalizando desde a catequização dos índios, pela alfabetização e transmissão da língua portuguesa (PAIVA, 1973). Registros históricos datados de 1874 registram a existência de 117 escolas direcionadas a este público, como no Maranhão, onde se esclarecia aos colonos quais eram seus direitos e suas obrigações, e no Pará, com o intuito de alfabetizar os indígenas (PAIVA, 1973).

A educação foi considerada como redentora dos problemas do país nos anos de transição do Império-República (1887-1897), no qual ocorreu uma ampliação da rede escolar e uma grande perspectiva contra o analfabetismo (PAIVA, 1973). Buscando melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, diversas mobilizações em torno da educação apresentavam debates políticos diante do dever do Estado (PAIVA, 1973).

As discussões foram se ampliando nas décadas de 20 e 30, sendo que diante das reformas no âmbito educacional e social promovido pelo governo Vargas, juntamente com o processo de industrialização e urbanização no Brasil, mais precisamente a começar do ano de 1930, houve grande discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que possibilitou que ocupasse uma posição mais relevante em relação às preocupações políticas, econômicas e pedagógicas (CASÉRIO, 2004).

A partir da criação do Plano Nacional de Educação que foi estabelecido na Constituição Federal de 1934, o Estado passou a ter como dever o ensino primário integral gratuito, com frequência obrigatória e extensiva para adultos (BRASIL, 1934).

Todavia, a contar do ano de 1940 foi que a Educação Básica de adultos conquista seu lugar dentro da história da educação no Brasil (CASÉRIO,

2004). Avanços consideráveis ocorreram na década de 40 em toda a educação, e, conseqüentemente na EJA. Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a partir da ideologia do sistema capitalista e grupos econômicos dominantes, difundiu-se que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país (GADOTTI; ROMÃO, 2006). Nesse período, aproximadamente 50% da população era analfabeta e havia estagnação econômica, que no entendimento de alguns, o motivo estaria relacionado à falta de educação escolar (GADOTTI; ROMÃO, 2006).

Um grande marco foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), onde se iniciou o pensamento de preparar um material didático para a educação de adultos. Com a política do governo de Getúlio Vargas, por meio de Lourenço Filho, a educação de adultos foi compreendida como peça essencial na elevação dos níveis de escolarização da população como um todo, no qual esse processo poderia contribuir, elevando o nível cultural de seus cidadãos (BEISEIGEL, 1974).

Todavia, somente no ano de 1958, com o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, por meio do grupo de Pernambuco, que era liderado por Paulo Freire, foi possibilitado que os participantes do “Congresso de Educação de Adultos” relatassem suas experiências (GADOTTI, 2000). A partir de então houve muitas críticas diante da precariedade dos prédios escolares, materiais didáticos inadequados e também em relação à qualificação dos professores. Movimentos civis propuseram uma renovação e adequação de métodos e processos educativos, em que a educação estaria voltada para a participação dos alunos (PAIVA, 1973).

Essa renovação e adequação ocorreram com o movimento da Escola Nova¹, que havia defendido a alfabetização, no início do século XX, como direito de todos, porém sofreu um profundo esvaziamento de seu conteúdo político com o advento do Estado Novo². No início da década de 60, com êxito das experiências de Paulo Freire no âmbito educacional, houve nova movimentação a fim de instrumentalizar para o exercício da cidadania, contudo com o golpe de

¹ É um movimento de educadores europeus e norte-americanos, organizado em fins do século XIX, que propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional. Também conhecida como Educação Nova [...] (MENEZES, 2001, n.p.).

² O Estado Novo foi um regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, instituído em 10 de novembro de 1937. Desde 3 de novembro de 1930, Vargas governava o país (RODRIGUES, “s.d.”).

Estado de 1964, novamente a educação sofreu intervenção, a qual resultou a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL³), que foi posteriormente extinto em 1985 (AYRES, 2003).

Cabe destacar que a Lei nº 9.394/1996 rege o sistema público da Educação Fundamental destinado à população jovem e adulta no Brasil com as características do ensino supletivo, visando suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não conseguiram concluir na idade adequada (BRASIL, 1996).

Ao ser concluída uma pesquisa em 1988 (HADDAD; SIQUEIRA; FREITAS, 1989) foi possível verificar que o ensino supletivo se implantou efetivamente em quase todo território nacional, porém ainda não era prioridade na área política educacional, e encontrava dificuldades de cunho político-administrativo, financeiras e pedagógicas que limitavam a qualidade do ensino ofertado. O atendimento praticamente se limitava a avaliar os conhecimentos por meio de exames de massa, o ensino de forma individualizada era quase que restrito, não havia avaliação dos cursos ofertados, e ainda pouco interesse por parte dos meios de comunicação como TV e emissoras de rádio.

Assim, somente a partir da Constituição Federal de 1988 se expandiu aos jovens e adultos o direito ao Ensino Fundamental gratuito, onde as redes públicas aumentaram as suas responsabilidades no atendimento educacional. Posteriormente, com a introdução do Artigo 60 das Disposições Transitórias, foi estipulado um prazo de dez anos para o governo juntamente com a sociedade civil; concentrar esforços para universalização do Ensino Básico e erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1988).

Com a última promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de 1996, a EJA recebeu um maior destaque e atenção do poder público, pois essa Lei reafirmou que todos têm direito à educação (BRASIL, 1996), como está assegurado pela Constituição Federal de 1988.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino prevista no art. 37, caput, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê que a EJA “[...] será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de

³ Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. (MENEZES, 2001).

estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996, p.1). Portanto, os alunos que participam desta modalidade são pessoas que provavelmente não tiveram oportunidades de ingressar ou não conseguiram concluir a vida escolar por diversos motivos, seja pela distância da escola, falta de oportunidade, necessidade de trabalhar, dentre outros (ARROYO, 2005).

Tendo em vista que, atualmente, são inúmeros os jovens e adultos que não conseguiram concluir o Ensino Básico na idade regular, a Educação de Jovens e Adultos torna-se mais que um direito, pois é uma forma de se efetivar o pleno exercício da cidadania como condição para que o indivíduo consiga obter plena participação na sociedade. Por meio da EJA, torna-se possível o desenvolvimento da democracia, justiça, igualdade, desenvolvimento socioeconômico e científico, permitindo a construção de uma cultura de paz (CONFINTEA, 1997).

Ressalta-se que, nessa modalidade de ensino, o público não inclui crianças em idade regular, mas jovens, adultos e idosos que possuem suas experiências de vida pessoal e profissional, que devem ser consideradas no âmbito das práticas pedagógicas. Cada aluno apresenta seus interesses, motivações e atitudes pessoais, que podem variar de um para outro, pois o jovem tem uma perspectiva de futuro, ou seja, aquilo que será possível conquistar no decorrer da sua vida pessoal e profissional; o adulto normalmente está preocupado com sua vida profissional, buscando oportunidades no mercado de trabalho; enquanto o idoso deseja efetivar sua cidadania, alcançando respeito para que possa viver com dignidade dentro da sociedade (PARANÁ, 2006).

Desse modo, a EJA abrange um conjunto vasto e diversificado de jovens e adultos provindos das mais variadas partes da classe trabalhadora. Assim, existe diversidade de situações dentro desse contexto escolar, que envolvem questões étnico-raciais, de gênero, culturais, de orientações sexuais, de privação de liberdade, mentais, físicas, psíquicas, diante de aspectos culturais e econômicos que devem ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2008).

Apesar de não ser regra, geralmente o público da EJA são jovens, adultos e idosos de uma classe economicamente baixa, que lutam para sobreviver, apresentando certa desconfiança em relação ao ensino, e, conseqüentemente, à escola. Muitos estão à margem da sociedade e são vistos como analfabetos ou

incapazes de aprender, em sua maioria, são indivíduos adultos sem qualificação profissional, que se distanciaram do sistema educacional, ficando longe de qualquer pretensão universitária (OLIVEIRA, 1999), buscando, no estudo, resgatar sua dignidade como cidadão.

Até o final do século XX, a EJA ocupou um espaço muito reduzido dentro do sistema educativo brasileiro, sendo marcada por apresentar um aspecto compensatório e desprovido de valor social (ARROYO, 2005). Em muitas circunstâncias, os conteúdos, métodos e materiais didáticos eram considerados inadequados, reproduzindo uma forma pobre que remetia ao sistema de ensino tradicional (GADOTTI; ROMÃO, 2006).

Para aprimorar e auxiliar essa modalidade de ensino, o MEC tem aplicado recursos buscando aproximar o processo inicial de alfabetização e a continuação dos estudos nas turmas da EJA. Sendo assim, com a Resolução CD/FNDE nº 48/2012, transferem-se aos estados, municípios e Distrito Federal, recursos financeiros para preservação de novas turmas (BRASIL, 2014).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no Censo Escolar realizado em 2018, foi registrado na esfera estadual e municipal 1.822.818 (um milhão, oitocentos e vinte e dois mil, oitocentos e dezoito) alunos no Ensino Fundamental, e, 1.055.347 (um milhão, cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete) alunos no Ensino Médio, totalizando 2.878.165 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e cinco) alunos matriculados na EJA, o que representa um número significativo no âmbito educacional (BRASIL, 2018).

No Estado do Paraná, o ensino da EJA é orientado pelas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCE) (2006, p. 28), que enfatiza a necessidade de uma educação que tenha “[...] uma estrutura flexível e ser capaz de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos”. Cada aluno tem o seu tempo, devendo ser respeitados os limites e possibilidades individuais, sendo uma das propostas das Diretrizes (2006, p. 28), possibilitar o “acesso, permanência e o sucesso do educando”.

A partir dessas Diretrizes, por meio de políticas públicas e recursos específicos, torna-se possível a efetivação dessas propostas. A EJA deve ser articulada em um compromisso do Estado, que durante o tempo em que houver procura por essa modalidade de ensino deverá ser oportunizada de forma contínua

(PARANÁ, 2006).

Os alunos da EJA, ao compreenderem os processos de trabalho, criação, produção e cultura, participam diretamente na construção do conhecimento, utilizando esses conhecimentos na vida escolar, assim como em sua própria vida, exercendo de forma efetiva a sua cidadania, dando novo significado em suas experiências socioculturais (PARANÁ, 2006).

Nesse sentido, a educação precisa formar alunos que aprendam constantemente, refletindo de maneira crítica, agindo com responsabilidade, participando ativamente do trabalho de forma solidária, seguindo as mudanças que ocorrem na sociedade, colaborando na solução dos problemas de modo ágil e eficaz, utilizando conhecimentos “científicos, tecnológicos e sócio-históricos” (KUENZER, 2000, p. 20). Entre estes a Educação Financeira, foco do presente trabalho.

O ensino de Educação Financeira torna-se adequado em todas modalidades de ensino, assim como na EJA, haja vista, que a maioria são trabalhadores com despesas familiares que fazem parte de suas responsabilidades diárias e mensais (RIBEIRO et al, 2015).

Portanto, seria possível realizar um projeto de Educação Financeira na EJA trabalhando com matemática e também de forma interdisciplinar, ensinando valores éticos na construção da cidadania dos alunos (OLIVEIRA, 2007). Desta forma, abordando a Educação Financeira, ainda que de forma transversal, a escola estaria cumprindo o artigo 1º da Lei 9.394/96 que prevê:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p.1).

Essa modalidade de ensino permite que o aluno seja capaz de construir e de se apropriar do conhecimento aplicando-o no mundo do trabalho no qual exercerá sua cidadania, criando novos significados em suas experiências socioculturais (PARANÁ, 2006).

1.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira é um tema de extrema relevância no contexto financeiro atual, pois o número crescente de produtos que estão sendo disponibilizados no mercado financeiro, exige cada vez mais conhecimento. O cidadão precisa constantemente se atualizar, considerando o desenvolvimento sem precedentes ocorrido na indústria, comércio e na prestação de serviços, principalmente no que se refere à tecnologia (CAMPOS; SILVA, 2014).

A proposta da Educação Financeira é formar o indivíduo no que tange ao planejamento e a forma de como administrar os recursos monetários, auxiliando-o na tomada de decisões coerentes que permitam-lhe poupar e investir, garantindo assim, viver mais tranquilo financeiramente, seja no presente ou no futuro (MORAES, 2019).

As céleres e permanentes mudanças sociais e econômicas acabam sendo frequentemente motivadoras do aumento da obscuridade sobre os produtos financeiros que são apresentados à população, que adquire tais produtos sem ter consciência das consequências que isso pode causar, sendo indiscutível a necessidade de um debate sobre questões pertinentes (CAMPOS; SILVA, 2014).

Segundo os dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2019), em relação ao número total de famílias do Brasil, no período de janeiro de 2016, havia um total de 61,6% de endividados; no período de janeiro de 2017, o total era de 58,7% de endividados, em janeiro de 2018, o total estava em 61,3%, e, em abril de 2019, o total de endividados era de 62,7%; sendo possível perceber que a Educação Financeira ainda não faz parte do dia a dia da população, devido à falta de planejamento do orçamento e do consumo consciente (MORAES, 2019).

Todavia, se houvesse o ensino de Educação Financeira na Educação Básica, há sugestão de que seria mais efetiva a consciência e o planejamento entre a população, e possivelmente esses números seriam reduzidos, pois um dos seus principais objetivos é educar para o consumo (ENEF, 2011).

No âmbito internacional, as atuais crises financeiras também vêm trazendo consequências para toda a sociedade, permitindo reformas dos sistemas financeiros nacionais em praticamente todos países, robustecendo estratégias de aprimoramento, incentivando a introdução de matérias sobre finanças no currículo

escolar (HOFMANN, 2013).

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a Educação Financeira como o processo por meio do qual as pessoas e as sociedades aprimoram o conhecimento sobre os produtos financeiros, e baseados em informação, formação e orientação, alcancem as qualificações pertinentes para avaliar riscos e oportunidades. É possível realizar escolhas, procurar auxílio ou adquirir outras atitudes que favoreçam o bem-estar, colaborando para a formação do sujeito, e, conseqüentemente, da sociedade na qual está inserido, ambos possuindo uma visão de compromisso com o futuro (OCDE, 2004).

Não é de hoje que a Educação Financeira tem seu reconhecimento, pois na Idade Média, apesar do termo não ser empregado, já existia a preocupação com as possíveis maneiras de poupar e também com a falta de dinheiro (ARISTÓTELES apud D'AQUINO, 2007). Atualmente, em um cenário diverso, é nítido que as novas gerações não estão sendo formadas para exercer um papel adequado diante da economia (LUCCHI et al, 2006). Sendo assim, a escola, famílias e sociedade devem exercer a responsabilidade de formar crianças e adolescentes para a vida financeira, de maneira saudável, atuando de forma crítica e consciente, onde todos consigam realizar corretamente seu papel na sociedade organizada (REBELLO; ROCHA FILHO, 2015).

Algumas ações podem ser praticadas para potencializar um programa de Educação Financeira, seguindo orientações da OCDE, quais sejam, o incentivo da cultura de poupança; construção de conceitos de crédito, investimentos e consumo consciente; acompanhamento da qualidade dos programas de Educação Financeira. É essencial que as instituições de ensino colaborem para que a Educação também seja direcionada às questões financeiras, permitindo o desenvolvimento dos indivíduos de forma que consigam resolver suas questões financeiras adequadamente (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Nesse sentido, tem crescido o número de iniciativas privadas e públicas, que almejam articular o tema Educação Financeira com a sociedade. Algumas ideias são apresentadas no sentido de que a temática deve ser inserida também nas escolas para a formação dos alunos (DA SILVA; SELVA, 2018).

1.2.1 Educação Financeira no Brasil

Durante o Estado Novo, no ano de 1942, com o intuito de padronizar a moeda nacional, o Brasil adotou o Cruzeiro, apresentando nesse período, um “tormento” inflacionário. Deste ano até 1994, ocorreram oito alterações da moeda brasileira, dentre as quais seis delas se realizaram no período de vinte anos. (D’ AQUINO, 2007).

O período de instabilidade pelo qual o país passava só foi resolvido por meio do Plano Real em 1994. A partir de então, por volta de 1999, com uma melhora significativa da situação econômica, alguns conceitos e práticas de Educação Financeira começaram a se alterar. Devido ao controle da inflação, a expansão da bancarização e ampliação do crédito, iniciou-se uma trajetória de melhores condições da população, por meio de emprego formal e ganho de renda (ARAUJO; CALIFE, 2016).

Segundo dados do IBGE (2012), com o controle da inflação e a expansão da bancarização a começar de 2002, juntamente com a redução dos preços e ampliação do crédito, houve um avanço da atividade econômica e do emprego formal. Sendo assim, apesar do início de prosperidade financeira que possibilitou aos brasileiros oportunidades de compreender as finanças, houve um consumo exagerado e sem planejamento (ARAUJO; CALIFE, 2016).

Considerando que a população não possui uma formação financeira adequada, grande parte encontrou inúmeros problemas no gerenciamento de suas compras e na administração do dinheiro (BRÖNSTRUP; BECKER, 2016).

Ciente desta situação, no ano de 2010, com Decreto Federal nº 7.397/2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o propósito de propagar e efetivar a Educação Financeira no país. A finalidade da ENEF é colaborar para a consolidação da cidadania auxiliando a população na tomada de decisões financeiras adequadas e prudentes. Oito órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil⁴ compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) (BRASIL, 2010).

No ano de 2011, foi criada a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF – Brasil) por meio das quatro organizações da sociedade civil que

⁴ São oito órgãos e entidades governamentais que fazem parte, sendo eles: Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superintendência de Seguros Privados; Ministério da Justiça; Ministério da Previdência Social; Ministério da Educação, e Ministério da Fazenda. Também fazem parte, quatro organizações da sociedade civil são elas: ANBIMA; BMF&Bovespa; CNseg, e FEBRABAN (ENEF, 2011).

constituem a CONEF. Trata-se de uma organização que não tem finalidade lucrativa, com o intuito de estimular a Educação Financeira no Brasil e contribuir na realização de ações transversais. Dois projetos da ENEF se destacaram entre as ações promovidas: Educação Financeira nas Escolas e Educação Financeira de Adultos. O primeiro tendo como propósito trabalhar o tema Educação Financeira de forma interdisciplinar dentro da Educação Básica; e o segundo, com foco em recompor o conhecimento que o adulto adquiriu no decorrer dos anos, e colaborar na administração de sua vida financeira, permitindo maior consciência e responsabilidade no que tange às finanças pessoais (BRASIL, 2010).

Instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, a ENEF tem como finalidade:

Figura 1 – Finalidade da ENEF



Fonte: (ENEF, 2018)

Baseado na lista da OCDE, no ano de 2013, 45 países já tinham elaborado suas Estratégias Nacionais de Educação Financeira, ou pelo menos, realizado avanços em projetos nessa área, incluindo o Brasil, que é um dos países do G20⁵ (BRASIL, 2018).

⁵ O G 20 reúne representantes de países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Também chamado de G20 Financeiro, foi criado em 1999 em resposta às sucessivas crises financeiras as quais passavam algumas potências econômicas, sobretudo na Ásia, no final da década de 90. O objetivo é fortalecer as negociações internacionais entre os países-membros com estabilidade econômica (BRASIL, 2019).

O Plano Diretor e seus anexos são os guias dos programas da ENEF, que realiza ações “compostas pelos programas transversais e setoriais, coordenados de forma centralizada, mas executados de modo descentralizado” (BRASIL, 2018, n.p.).

Como o Brasil ainda não tem uma cultura fundamentada na Educação Financeira, a crise econômica tem atingido todas as classes sociais, especialmente aqueles que têm uma renda baixa. Assim, o fato de sermos um país consumista juntamente com o cenário econômico atual, situações cada vez mais desastrosas acabam ocorrendo no âmbito financeiro (SILVA et al., 2018).

De acordo com Bader e Savóia (2013, p. 212), “pessoas e famílias que vivem em situação de miséria acabam apresentando tamanhas necessidades urgentes - tais como alimentação, saneamento básico, habitação, mínimo de infraestrutura - que as suas necessidades de inclusão financeira ficam em segundo plano”. Contudo, por meio da Educação, seria possível mudar esta situação, incluindo nesse processo a Educação Financeira.

Assim, no intuito de ampliar o conhecimento e conscientizar as pessoas sobre a Educação Financeira, o CONEF realizou, em 14 de maio de 2018, a 5ª Semana Nacional de Educação Financeira. Nessa ocasião, foi apresentado um projeto para incentivar a formação de professores em Educação Financeira, em parceria com a TV Escola por meio do EaD, além de um Game de Educação Financeira, planejado para despertar maior interesse dos alunos motivando o uso responsável dos recursos financeiros (BRASIL, 2018).

Nesse evento, após ter sido feito um Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, apresentou-se como um dos resultados o aumento do número de ações em escolas públicas. Esse resultado se deu devido ao engajamento do Governo juntamente com a sociedade civil organizada em prol da Educação Financeira (ANCEP, 2018).

Capacitar-se com o intuito de gerenciar as finanças pessoais é uma dificuldade na qual a maioria das pessoas não alcança êxito. Todavia, é necessário que os adultos tornem-se pessoas responsáveis, adquirindo concepções e instrumentos que permitam compreender a relevância da Educação Financeira durante a sua juventude sendo oportuno que quanto mais cedo aprende-se sobre Educação Financeira, maior é a chance de superar as dificuldades (COELHO, 2014).

O conceito de Finanças pessoais pode ser definido como “a ciência

que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. Em finanças pessoais, são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro” (CHEROBIM; ESPEJO, 2010, p. 1).

Nesse sentido, as finanças pessoais estão relacionadas aos resultados que o indivíduo obtém no âmbito econômico, sejam eles positivos ou negativos. A maneira como cada um procede sob o enfoque financeiro irá refletir diretamente nos resultados obtidos (CONTO et al., 2015).

Com o objetivo de afastar futuros problemas financeiros, torna-se imprescindível o planejamento financeiro pessoal, que pode auxiliar no desenvolvimento de responsabilidades, gerenciando as despesas e os investimentos de forma adequada (LEAL; MELO, 2008).

Assim, ao adotar o conceito de planejamento financeiro pessoal de Leal e Melo (2008) e observando o cenário econômico do país, pode-se perceber a importância de abordar o tema Educação Financeira dentro do ambiente escolar para proporcionar conhecimento e conscientizar crianças e jovens sobre a relevância do assunto que influenciará diretamente em toda a sua vida.

1.2.2 Educação Financeira nas Escolas

De acordo com o Caderno de Educação Financeira do Banco Central do Brasil, falava-se pouco sobre Educação Financeira nas escolas (BCB, 2013). Não que somente a escola seja responsável por essa formação, mas é de fundamental importância sua participação nesse processo.

No contexto escolar, a Educação Financeira consiste em informações complexas pelas quais os alunos são inseridos no âmbito monetário e incentivados a elaborar um entendimento sobre finanças e economia, tornando-se capazes de investigar e tomar decisões críticas no que tange aos assuntos financeiros relacionados à vida pessoal, familiar e comunitária (SILVA; POWELL, 2013).

Com um olhar direcionado para as escolas, Mandell (2008) alerta que, no ambiente escolar, falta entendimento sobre finanças pessoais, e ainda, nesse mesmo sentido Kiyosaki e Lechter (2004) expressam que as escolas atuais não possibilitam que os jovens adquiram conhecimento financeiro, provavelmente

porque o assunto não é abordado nas disciplinas do currículo escolar.

A Educação Financeira normalmente é relacionada somente aos conteúdos de Matemática Financeira, como exemplo: juros simples e compostos, descontos, porcentagens, amortizações. São assuntos correspondentes apenas à parcela da disciplina, que envolve tantos outros, como o consumo planejado e consciente; orçamento; planejamento financeiro; utilização do crédito e gerenciamento de dívidas; juros; poupança; administração das dívidas; empreendedorismo, aplicações e investimentos; responsabilidade socioambiental; plano de previdência (CAMPOS, 2012).

Conforme preconiza a ENEF (2011 b, p. 59): “a Educação Financeira, além de informar, forma e orienta indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, propiciando base mais segura para desenvolvimento do país”.

Sendo assim, a Educação Financeira vai além de um conhecimento suplementar, visto que auxilia no desenvolvimento questionador do cidadão, permitindo que este consiga traçar objetivos na vida, assim como eleger os recursos corretos para conquistá-los (ENEF, 2011).

Em razão dos princípios que norteiam o currículo das escolas no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)s estipulam trabalhos direcionados à Educação Financeira por meio de proposições como tema transversal “Trabalho e Consumo” na disciplina de Matemática. Dentro deste contexto, a Educação Financeira serve como suporte para os alunos compreenderem melhor as situações do dia a dia, como pagarem as compras, compararem o consumo de um produto com o tempo despendido de trabalho, conhecerem os direitos enquanto consumidor, avaliarem os impactos ambientais diante do consumismo, e, reconhecerem-se responsáveis em cada atitude particular, que refletirá em toda a sociedade (BRASIL, 1997).

No Brasil, a Educação Financeira começa a despontar a partir de 2010, por meio da proposta do governo, denominada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que constitui-se de uma ação do governo federal para desenvolver uma Educação Financeira e Previdenciária que permita edificar uma base consistente de conhecimento acerca do assunto, que propicie tomada de decisões de forma mais consciente pelos consumidores (BRASIL, 2010).

Porém, a Educação Financeira ainda caminha a passos lentos nas

escolas do País. Apesar de que a ENEF já tenha levado material pedagógico e treinamento para 3.800 professores de escolas públicas, o último teste de cultura financeira realizado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) apontou o Brasil com o pior desempenho, sendo que 53% dos participantes ficaram abaixo do nível mínimo de conhecimentos financeiros. Entre alguns dos desafios a serem enfrentados, está a inserção de uma cultura financeira no ambiente escolar, principalmente por meio da formação de professores. O Estado do Tocantins é uma exceção, oferecendo atividades relacionadas às finanças em 425 escolas estaduais (ENEF, 2018).

Com a finalidade de oportunizar a Educação Financeira e Previdenciária, a ENEF oferece ao cidadão instrumentos para que ele possa decidir de maneira consciente, como administrar os recursos, mantendo estabilidade na economia (BRASIL, 2010).

Dessa forma, sobrevém a primordialidade de planejamento dos gastos, da aposentadoria, forma de realizar empréstimos, como fazer investimentos, dentre outros. Assim, a ENEF (2011a) expõe um Plano Diretor, seus objetivos, competências e conceitos de Educação Financeira.

O primeiro objetivo é formar para a cidadania, na qual o cidadão tem o direito de aproveitar as oportunidades da vida, como liberdade e igualdade, direito à propriedade, participação ativa na política, direito à educação, saúde, moradia, trabalho, e demais direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Cada indivíduo tem sua responsabilidade na luta pela democracia, sendo que exercer a cidadania significa exercer seus direitos e deveres de maneira ética e responsável (ENEF, 2011a).

Prossegue com o segundo objetivo, que é educar para consumir e poupar de modo ético, consciente e responsável. Atualmente, muitas pessoas são estimuladas para consumir, porém, torna-se necessária uma análise a respeito dos desejos e das necessidades. Abordando os conceitos de receitas, despesas/orçamento, poupança, investimento, e crédito, é possível adquirir as competências necessárias para equilibrar desejos e necessidades, levando em consideração os impactos sociais e ambientais em todas nossas ações (ENEF, 2011a).

Tem-se como terceiro objetivo oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma, baseada em mudança de atitude, ou seja, apesar

das inúmeras informações que as pessoas recebem diariamente, é imprescindível compreender a linguagem do mundo financeiro. Por meio de programas educativos, o indivíduo será capaz de realizar uma leitura crítica das mensagens de publicidade a respeito dos produtos de consumo, e a partir daí, tomar decisões autônomas com atitudes que possam ir de encontro com suas reais necessidades. A introdução da Educação Financeira nas escolas é uma forma para os alunos conseguirem aperfeiçoar seus conhecimentos e tomarem atitudes conscientes e coerentes (ENEF, 2011a).

O quarto objetivo é formar disseminadores, isto é, cidadãos que possam espalhar os conhecimentos sobre Educação Financeira, seja em casa, com suas crianças, na escola com os alunos, no ambiente de trabalho, ou em locais diversos da sociedade. Por meio da disseminação de uma cultura de poupança ainda entre as crianças, será viável promover uma sociedade educada financeiramente (ENEF, 2011a).

Apresenta-se como quinto objetivo o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e proteção, na qual torna-se viável e prudente o cuidado com situações imprevistas e adversas que podem ocorrer durante a vida. Deve-se considerar ainda, o aumento da expectativa de vida, o que torna evidente a necessidade de utilizar recursos financeiros na velhice (ENEF, 2011a).

De maneira alinhada, o sexto objetivo é ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos, para poder conquistar algo. Isso envolve impor prioridades e algumas renúncias, haja vista, que a educação financeira mantém relação com o passado, presente e futuro, pois atitudes realizadas no momento atual, irão refletir diretamente em algum outro período da vida (ENEF, 2011a).

Logo, o sétimo objetivo que é proporcionar a possibilidade de melhoria da própria situação, a saber, a mobilidade social, compreendida como a capacidade que o cidadão ou uma família tem de aperfeiçoar sua condição socioeconômica. Por intermédio das informações e formações sobre Educação Financeira, é possível uma análise das próprias finanças, buscando tomar atitudes que possam trazer benefícios para a própria vida, mesmo que no presente momento, o indivíduo ou a família, esteja passando por dificuldades financeiras (ENEF, 2011a).

Nesse sentido apresenta-se resumidamente o quadro abaixo:

Quadro 1 - Objetivos, competências e conceitos para a ENEF

Objetivos	Competências	Conceitos
1. Formar para cidadania	1. Exercer direitos e deveres de forma ética e responsável	Cidadania, Consumo responsável, consciente e sustentável.
2. Educar para o consumo e a poupança	2. Educar para o consumo e a poupança 3. Aplicar compreensão de receitas e despesas na manutenção do balanço financeiro 4. Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança 5. Valer-se do sistema financeiro formal para a utilização de serviços e produtos financeiros	Receitas e despesas/orçamento Reservas (poupança) e investimento Crédito
3. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	6. Avaliar ofertas e tomar decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades	Autonomia
4. Formar disseminadores e/ou multiplicadores em EF	7. Atuar como disseminador do conhecimento e práticas de EF	Disseminação e/ou multiplicação
5. Desenvolver a cultura da prevenção e proteção	8. Valer-se de mecanismos de prevenção e proteção de curto, médio e longo prazos	Prevenção Proteção
6. Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos	9. Elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos	Planejamento
7. Proporcionar a possibilidade de melhoria da própria situação	10. Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas	Mudança de condições de vida

Fonte: ENEF (2011)

Considerando os materiais e dados da OCDE, algumas ações podem ser realizadas para desenvolver um programa de Educação Financeira com base nas seguintes proposições: fomentar a cultura de poupança; construir as concepções de crédito, investimentos e consumo; verificar a qualidade dos programas de Educação Financeira. É de extrema importância que as instituições de ensino ajudem na formação de uma Educação direcionada a temas financeiros, permitindo o desenvolvimento de uma cultura, onde o cidadão seja capaz de solucionar problemas financeiros advindos da vida em sociedade e de suas necessidades particulares (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

O currículo escolar no Brasil não exige o tema Educação Financeira de forma obrigatória, contudo, o Ministério da Educação (MEC) relaciona um grupo de medidas no sentido de contextualizar e orientar os alunos no processo de aprendizagem, articulando competências que irão contribuir no decorrer da vida adulta (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006).

Dentre essas medidas, destacam-se questões referentes ao ensino

de Matemática, que de acordo com o MEC (2000), deveria propiciar: competência de leitura e interpretação de textos em linguagem matemática; aptidão para examinar e compreender o cálculo de juros em vendas a prazo, e probabilidades de jogos de loterias; entendimento para correlacionar a matemática com outras áreas de conhecimento, incluindo Economia; desenvolvimento de ações que auxiliem o consumidor na defesa de seus direitos.

Dada a relevância do tema Educação Financeira, tendo como base a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, o mesmo foi apresentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018).

Considerando que todos esses documentos demonstram a relevância da Educação Financeira para toda a sociedade, torna-se necessário que o tema faça parte do currículo escolar, pois os estudantes precisam potencializar sua autonomia, todavia, é preciso adquirir conhecimento nos mais variados assuntos, podendo assumir opinião e expressar um comentário de forma consciente e crítica, diante de situações que envolvem práticas financeiras do dia a dia (BRASIL, 2018).

Nesse mesmo sentido, a BNCC (2018, p. 7), que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”, considera que conceitos básicos de economia e finanças devem ser estudados “visando a educação financeira dos alunos”.

Devido às grandes transformações ocorridas na sociedade atual, em razão das novas tecnologias, existe uma maior oportunidade para o empreendedorismo individual nas mais diversas classes sociais, e a Educação Financeira é extremamente importante para o entendimento do sistema monetário nacional e mundial. Assim, a BNCC orienta que assuntos relacionados à Educação Financeira sejam discutidos na escola favorecendo “um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro” (BNCC, 2018, p. 269).

Abordados de forma transversal, os conteúdos devem ser trabalhados de forma contextualizada aos temas contemporâneos. Dentre temas variados, a Educação Financeira apresenta sua importância conforme mencionado

na BNCC, pois “[...] promove um diálogo articulador entre as áreas do conhecimento porque entende que são necessárias contribuições de várias delas para que vicejem conceitos e comportamentos financeiros saudáveis” (CONEF, 2014, p. 14).

Tendo em vista que, na EJA, devem ser abordadas ações pedagógicas que considerem o perfil do aluno, com necessidades de escolarização formal, mas também no que diz respeito às exigências do mercado de trabalho (PARANÁ, 2006, p. 30), por meio da Educação Financeira é possível estimular o desenvolvimento de competências individuais e sociais de cada aluno, possibilitando “a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo” (BRASIL, 2018, p. 568), por meio do planejamento e consumo consciente.

Apesar de todas as conquistas alcançadas na EJA, ainda é necessária a construção e implementação de uma Proposta Pedagógico-Curricular dinâmica, com proposta de educação de qualidade, conforme previsto em lei, mas também que permita aos alunos o aprendizado de conteúdos curriculares que sejam relevantes em suas experiências e trajetórias de vida, no âmbito pessoal, familiar ou profissional (PARANÁ, 2006).

Diante das transformações ocorridas na sociedade em função das novas tecnologias, os trabalhadores participam cada vez mais em diversos setores da produção. Como grande parte dos alunos da EJA são trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, por intermédio da Educação Financeira nas escolas é possível desenvolver a criatividade, sensibilidade e autocrítica em relação às decisões financeiras, diminuindo as desigualdades sociais, abrindo mais espaço para o empreendedorismo em todas as classes sociais (BRASIL, 2018).

1.2.3 O Livro Didático no Brasil

O livro didático no Brasil tem sua história de forma oficializada com o Decreto Lei 1.006, de 1938 (BRASIL, 1938).

Assegurado como Direito Constitucional no Art. 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, todo estudante deve ter acesso ao material didático no território brasileiro:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...] VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. [...] (BRASIL, 1988, p.1).

O Decreto n. 91.542/85 que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é a ferramenta jurídica que regulamenta o livro didático, e a Resolução nº 003/2001 é responsável por organizar e regular o PNLD.

No decorrer dos anos, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi implantando algumas comissões com o intuito de avaliar os livros didáticos periodicamente, buscando melhorias na sua qualidade. Todavia, de forma lenta, e muitas vezes, devido ao interesse comercial das editoras, ocorre um confronto com as novas orientações pedagógicas, interferindo na qualidade do livro didático, e em todo o processo de ensino e aprendizagem (VERCEZE; SILVINO, 2008).

As exigências da Educação do Século XXI, como conhecimento do aluno, sua capacidade de aprender e resolver problemas, alfabetização no âmbito científico ou tecnológico são fundamentais, contudo, o livro didático isoladamente, não é capaz de proporcionar tudo isso. Mas, de forma conjunta com os conhecimentos e capacidade de interação dos professores, o livro didático pode ser um mecanismo relevante para a construção e desenvolvimento do aprendizado dos alunos (VERCEZE; SILVINO, 2008).

Sendo assim, de acordo com Nogueira (2012), a elaboração do produto educacional, ou seja, do livro didático, torna-se relevante devendo ser observados alguns critérios para sua organização: planejamento quanto ao objeto, planejamento quanto ao conteúdo, construção, questões em relação ao uso do material que deve ser avaliado.

2 APORTES METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o encaminhamento metodológico, demonstrando como a pesquisa foi desenvolvida. Assim, caracteriza-se a abordagem utilizada para conceituar, desenvolver, aplicar, analisar e avaliar o Produto Educacional elaborado.

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Destaca-se que o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa tecnológica, que na definição de Bungue (1985) pode ser compreendida como uma área do conhecimento referente ao projeto de artefatos e a organização para sua produção, manipulação, adaptação, preservação e controle, por meio do conhecimento científico.

Cabe ressaltar, que a tecnologia pode ser entendida considerando as seguintes perspectivas básicas: determinados objetos (que seriam os artefatos); uma categoria distinta de conhecimento (saber tecnológico); um complexo de tarefas (como elaborar e manusear os artefatos); demonstração de certo desejo do homem referente ao mundo no qual está inserido (tecnologia como desejo). [...] Sendo assim, o conhecimento tecnológico é delimitado pela tarefa a ser executada (CUPANI, 2006).

A pesquisa tecnológica tem o intuito de produzir alguma coisa nova, e tal produto não pode ser neutro, sendo necessariamente, bom ou mau, ou pelo menos dúbio (CUPANI, 2006). Uma produção tecnológica poderia ser boa, a exemplo de uma calculadora, ou poderia ser má como a fabricação de uma cadeira elétrica; ou ainda, ambivalente, tendo como exemplo um veículo ou uma TV. [...] Esse tipo de pesquisa demonstra-se de conhecimento prescritivo, pois consiste em um método ajustado ao meio em razão de certa intenção do homem, como um objeto de desejo, que alguém idealizou e produziu a partir de algum projeto (CUPANI, 2011).

Em relação aos objetivos da pesquisa tecnológica, tem-se uma meta mais extensa, que segundo Cupani (2006), busca um conhecimento diferente, como exemplo, verificar se o objeto funcionará, ou verificar fatores imprevistos por meio da experimentação (FREITAS JUNIOR et al., 2014).

No enfrentamento de vários desafios, as pesquisas tecnológicas devem atender parâmetros de viabilidade, confiança e eficácia em suas invenções, assim como relacionar o custo e o benefício da produção (CUPANI, 2006), ou seja, devem ser analisados os benefícios que a pesquisa proporcionará diante dos empenhos e esforços aplicados.

Na pesquisa tecnológica, torna-se imprescindível adequar o artefato para o seu bom funcionamento, satisfazendo os requisitos técnicos, econômicos e culturais (CUPANI, 2006).

Constituída singularmente no pensamento analógico e visual, a pesquisa tecnológica não exclui o pensamento abstrato e verbal, seguindo sobretudo, as metas que se pretendem alcançar (FREITAS JUNIOR et al., 2014), diferentemente da pesquisa científica, que se fundamenta no avanço do conhecimento científico.

Ainda, Cupani (2006) classifica as pesquisas tecnológicas como funcionais, haja vista, que seu objeto tem relação com a função que ele desempenhará, ou seja, o controle que exercerá sobre ele. O autor considera ainda que o conhecimento tecnológico, relacionado a uma determinada tarefa, resulta em várias soluções e aplicações.

Destarte, a pesquisa tecnológica se preocupa em criar artefatos, que podem ser produtos físicos ou intelectuais. Esse tipo de pesquisa é ordenado com o intuito de esclarecer a tarefa apresentada, tendo como produto “o desenvolvimento de uma nova tecnologia” (FREITAS JUNIOR, et al., 2014, p. 10).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL

A proposta de elaboração do livro didático está baseada na linha de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino da UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná: “Formação Docente, Recursos Tecnológicos e Linguagens” (UENP, 2018).

De acordo com as determinações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), deve ser desenvolvida uma produção técnica educacional, de forma que possa ser aplicada no ensino, mais especificamente, na EJA.

Os Produtos Educacionais podem ser definidos em categorias, conforme Plataforma Sucupira, e dentre elas, está o Desenvolvimento de material didático e instrucional, podendo ser:

Propostas de ensino tais como sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; Material textual tais como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, **livros didáticos** e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários, relatórios publicizados ou não, parciais ou finais de projetos encomendados sob demanda de órgãos públicos [...] (grifo nosso) (CAPES, 2016, p. 19).

Assim como o tema dos materiais didáticos desenvolvidos pela ENEF (2013), a Educação Financeira é o foco do livro, abordando sua grande relevância no ambiente escolar, em benefício de toda a sociedade.

O modelo apresentado colabora na construção do pensamento financeiro estável para o aperfeiçoamento de comportamentos benéficos no que tange às decisões financeiras de jovens e adultos, que são “protagonistas de sua história”, capazes de projetar o que almejam para si e suas famílias (ENEF, 2013).

Na próxima seção, apresentam-se as etapas as quais o Produto Educacional foi elaborado.

2.3 ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional desenvolvido foi planejado segundo a classificação de Nogueira (2012), diferenciando-o quanto ao seu objeto e conteúdo, como segue abaixo:

2.3.1 Planejamento do Material Didático quanto ao Objeto

Ao planejar o material enquanto seu objeto, é preciso definir o público a ser atingido, tornando-se relevante observar suas necessidades de aprendizagem, conhecendo-o e entendendo-o (NOGUEIRA, 2012).

A escolha do público alvo (participantes) foi realizada de acordo com o ambiente de trabalho do autor, haja vista, atuar como professor da EJA, e da possibilidade de aplicação do Produto Educacional sobre Educação Financeira

nesse meio. Dessa forma, por conhecer e compreender as necessidades de aprendizagem dos alunos da EJA, foi definido esse público a ser trabalhado.

Ainda nessa escolha, realizou-se, em maio de 2018, o processo de Revisão Sistemática de Literatura, por meio de um mapeamento dos artigos nas revistas científicas na área de ensino qualis A1, A2 e B1, do Portal de Periódicos da CAPES, além das dissertações de mestrado sobre o tema Educação Financeira, empregando o termo “EJA” no campo de busca, inseridas na Plataforma Sucupira na área de ensino.

Como resultado dessa Revisão Sistemática, foram identificados 20 (vinte) artigos científicos versando sobre o tema, publicados entre os anos de 2008 a 2018. Desses 20 artigos, apenas 1 abordava a Educação Financeira diretamente relacionada a EJA.

Esse artigo retrata de forma mais precisa uma região agrícola de Minas Gerais (Programa de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba – PADAP), apresentando a necessidade de conscientização de ações que possam contribuir para o crescimento financeiro de todos, incentivando o cooperativismo agrícola, haja vista, que os alunos dessa região são chefes de família e administram suas finanças (GUILLEN HURTADO; FREITAS, 2019).

Nesta Revisão Sistemática, também se verificou a produção de apenas uma dissertação de Mestrado na área de Ensino que abrange a Educação Financeira direcionada para a Educação de Jovens e Adultos no ano de 2015 na Universidade do Grande Rio (RJ).

A partir dessa Revisão Sistemática, foi realizado um levantamento bibliográfico em fevereiro de 2019 acerca das produções acadêmico-científicas sobre a Educação Financeira aplicada na EJA. Da mesma forma, buscaram-se, nos periódicos da CAPES, artigos científicos na área de ensino qualis A1, A2 e B1, publicados entre os anos de 2008 a 2018, com as palavras-chave: Educação Financeira e EJA.

Conseqüentemente, foram pesquisados com os mesmos critérios de seleção, as dissertações de mestrado na área de ensino inseridas na Plataforma Sucupira. Esse levantamento teve como resultado um artigo científico abordando a Educação Financeira na EJA, e duas dissertações de mestrado. Apesar de inúmeras obras realizadas nos últimos anos, poucas estão relacionadas à área do ensino.

Esse levantamento bibliográfico foi apresentado no 2º Congresso Internacional de Ensino, promovido pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, no Município de Cornélio Procópio, de 08 a 10/05/2019, justificando a necessidade de produções na área de ensino que abordem a importância da Educação Financeira no ambiente escolar, mais precisamente na EJA.

2.3.2 Planejamento do Material Didático quanto ao Conteúdo

Na elaboração do material didático, além da relevância do objeto, é preciso considerar o conteúdo. De acordo com a forma, os materiais didáticos podem ser utilizados em várias turmas da EJA ou apenas para uma determinada sala de aula (NOGUEIRA, 2012).

Este material, no caso, o livro didático, tem uma finalidade específica: a aplicabilidade da Educação Financeira direcionada à EJA.

Elaborado a partir dos eixos articuladores do currículo na EJA: cultura, trabalho e tempo, conforme orienta as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (PARANÁ, 2006), o livro didático apresenta conteúdos que abrangem as dimensões social e escolar. No presente Produto Educacional, a ação educativa está voltada aos interesses dos educandos no qual o processo se encaminha para a emancipação do indivíduo.

Ainda, nada impede que esse material possa ser utilizado também no Ensino Médio regular, já que aborda temas atuais, de fácil compreensão, com atividades práticas do dia a dia dos alunos de um modo geral.

Trata-se de um livro didático sobre a Educação Financeira aplicada na EJA, que estará disponível na biblioteca da UENP e no ambiente virtual: <https://uenp.edu.br/ppgen-produtos-educacionais>.

2.3.3 Construção do Material Didático

Em relação à construção, tem-se a necessidade de estabelecer o objetivo principal, dividindo o tema em tópicos mais relevantes, para sua compreensão, relacionando o conteúdo com o próprio aluno (NOGUEIRA, 2012).

O ensino busca sempre atingir determinados objetivos, contudo, não devem ser trabalhados de forma exata e mecânica, mas serem construídas

situações variadas e complexas, que possibilitem desenvolver os objetivos traçados (PERRENOUD, 2000).

2.3.3.1 Definição de conteúdos

Após traçar o objetivo do material didático, a definição dos conteúdos foi o próximo passo. Foram escolhidos os conteúdos a partir de um Levantamento Bibliográfico das Publicações Acadêmico-Científicas sobre a Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos (GUILLEN HURTADO; FREITAS, 2019), e ainda, materiais elaborados pelo CONEF (2013) e publicados pelo MEC (2013).

A partir da análise dos assuntos mais apresentados nos materiais didáticos, selecionaram-se os conteúdos abordados na área de Educação Financeira, apresentando-os na seguinte ordem:

Quadro 2 – Conteúdos abordados em materiais didáticos sobre Educação Financeira

Introdução: Noções sobre Educação Financeira
1. Orçamento Pessoal e Familiar
2. Consumo Planejado
3. Poupança e Investimento
4. Crédito
5. Endividamento
6. Aposentadoria
7. Alimentação
8. Moradia
9. Transporte
10. Saúde
11. Educação
12. Despesas Diversas

Fonte: O autor (2019)

A Educação Financeira é um processo que contribui com as pessoas para: aprimorar o entendimento diante dos conceitos e produtos financeiros;

expandir padrões e habilidades essenciais na tomada de decisões financeiras, adotando ações que proporcionem o bem-estar momentâneo de forma comprometida com o futuro. A Educação Financeira também permite que os conflitos do dia a dia sejam resolvidos de forma equilibrada, e que os indivíduos consigam realizar seus sonhos e atingir suas metas, sejam elas individuais ou coletivas (ENEF, 2018).

Sendo assim, os conteúdos apresentados são básicos para a compreensão, análise e possibilidade de aprendizagem de forma prática que colabore efetivamente na Educação Financeira dos alunos da EJA.

2.3.3.2 Objetivos do livro didático

No planejamento e elaboração do livro, é imprescindível mensurar quais objetivos se deseja atingir ao apresentar a proposta de Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos. Considerando que a maioria dos alunos da EJA são trabalhadores que já estão atuando no mercado de trabalho, por meio da Educação Financeira nas escolas, será possível ampliar a criatividade, sensibilidade e autocrítica diante de suas decisões financeiras, contribuindo para diminuição de desigualdades sociais e oportunizando espaço para o empreendedorismo.

Sendo assim, preparado em sintonia com o Programa de Educação Financeira nas Escolas (ação que faz parte da ENEF), o livro didático “Educação Financeira aplicada na Educação de Jovens e Adultos” tem o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente” (ENEF, 2019, p.1).

Dessa forma, “apresentou-se uma proposta metodológica de formação em Educação Financeira estruturada em 4 elementos integrados: 1) Pressupostos básicos; 2) Objetivos; 3) Abordagem educativa; 4) Implicações” (MORAES; FREITAS, 2019), conforme figura a seguir:

Figura 2 – Proposta Metodológica de Formação em Educação Financeira



Fonte: Moraes; Freitas (2019), adaptado pelo autor

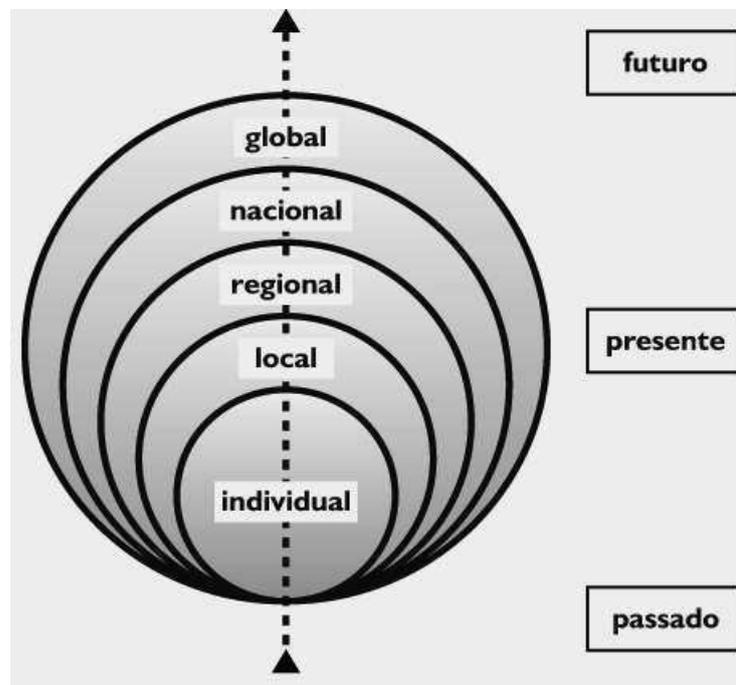
2.3.3.2.1 *Pressupostos básicos*

Desenvolvendo competências conquistadas pela Educação Financeira, espera-se uma transformação no comportamento das pessoas para resolver os desafios diários. Nesse aspecto, há sugestão para um estudo da Educação Financeira de acordo com as dimensões espacial e temporal (CONEF, 2014).

No que se refere à dimensão espacial, os conceitos de Educação Financeira são abordados a partir das influências de ações individuais sobre o contexto social. Na dimensão temporal, esses conceitos são desenvolvidos a partir das decisões que são realizadas no presente e terão reflexos no futuro, conectando o passado, o presente e o futuro, cujas consequências e resultados poderão ser positivos ou negativos (CONEF, 2014).

A figura a seguir apresenta a relação entre os níveis da dimensão espacial com a dimensão temporal da Educação Financeira:

Figura 3 – Relação entre os níveis da dimensão espacial com a dimensão temporal da Educação Financeira



Fonte: CONEF (2014)

Como apresentado na figura, a dimensão espacial se organiza em níveis de abrangência sociais diversos, do individual para o global.

2.3.3.2.2 *Objetivos*

Destarte, os objetivos específicos do livro didático “Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos” também estão em consonância com o Programa de Educação Financeira nas Escolas. No que tange à dimensão espacial (CONEF, 2014), os objetivos são:

a) Formar para a cidadania: permitir possibilidades de uma vida com “liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras”.

b) Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável: consumir de forma adequada, de maneira consciente, contribuindo com a economia, mas tendo responsabilidade com o futuro.

c) Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude: compreensão do mundo financeiro,

adquirindo as informações essenciais por meio de programa educativo, para auxílio na tomada de decisões.

d) Formar disseminadores: principalmente crianças e jovens podem ter consciência de que é possível contribuir com suas famílias na conquista dos objetivos de vida.

Os objetivos referentes à dimensão temporal, que se articulam entre o passado, presente e futuro (CONEF, 2014), são:

e) Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos: para alcançar os objetivos é preciso um planejamento, que requer a priorização de metas, e, conseqüentemente, renúncias momentâneas.

f) Desenvolver a cultura da prevenção: todos estão sujeitos a enfrentar adversidades inesperadas, portanto, torna-se necessário um planejamento para essas ocasiões.

g) Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual: todas famílias têm condições de aperfeiçoar sua condição socioeconômica, por meio de “conhecimentos e competências oferecidos pela Educação Financeira”.

Dessa forma, pretende-se conquistar esses resultados com a elaboração e utilização do livro didático “Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos”.

2.3.3.3 Abordagem Educativa

A abordagem educativa está relacionada à forma na qual o professor irá ensinar os conteúdos aos alunos, nesse caso, jovens e adultos que não concluíram os estudos no momento oportuno, sendo que a maioria deles são responsáveis pelas suas próprias finanças.

Com base nos objetivos propostos, além do conhecimento sobre Educação Financeira, é necessário realizar mudanças no comportamento, que podem ser conquistadas por meio de informação, construção de habilidades e motivações (MORAES; FREITAS, 2019).

Dessa forma, a Educação Financeira pode ser formada por meio de competências que são entendidas como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (FLEURY; FLEURY, 2001). Essas competências favorecem para que o

indivíduo adquira uma vida melhor, sendo a Educação Financeira um caminho para tal realização (ENEF, 2011 b).

Quando se trata de Educação Financeira, necessariamente para adquirir esses conhecimentos financeiros, remete-se à ideia de saber, saber fazer e querer fazer escolhas corretas (MORAES; FREITAS, 2019). Para compreender, temos a figura abaixo:

Figura 4 – Competência Financeira



Fonte: Andrade (2012, p. 27), adaptado pelo autor

As informações e conceitos que são abordados no livro, podem ser compreendidos como o “saber”, no qual por meio do professor, esses saberes serão absorvidos pelos alunos no decorrer das aulas. Pois, adquirir conhecimentos por meio de uma boa educação, permitirá maiores possibilidades de sucesso na vida de uma pessoa (ENEF, 2011 b).

A habilidade está ligada ao saber fazer, ou seja, diz respeito à inclinação do indivíduo em aplicar, nas situações reais, os conhecimentos teóricos aprendidos (ENEF, 2011 b). Portanto, por meio dos exercícios apresentados no livro, o professor poderá auxiliar os alunos a desenvolver as habilidades de maneira que consigam planejar e realizar o orçamento que seja utilizado de forma prática no cotidiano.

Por sua vez, a atitude se dá na maneira de colocar esses conhecimentos e as habilidades desenvolvidas de forma prática. Envolve “conjunto de valores, crenças e princípios formados ao longo da vida” (ENEF, 2011 b, p. 172). A forma como esses valores e crenças são empregados e sua interferência no comportamento das pessoas corresponde como ela se envolve e se compromete

com os objetivos e projetos, sejam eles individuais ou coletivos. [...] A atitude está associada ao “querer ser” e “querer agir” (ENEF, 2011 b, p. 172).

Assim, após trabalhar os conceitos e desenvolver habilidades por meio de algumas atividades, o professor poderá instigar os alunos a fazerem uma reflexão em sala de aula, por meio de situações que permitam reavaliar suas atitudes, transformando-as na perspectiva da Educação Financeira.

Ao adquirir os conhecimentos sobre a Educação Financeira, o indivíduo ou uma família terá possibilidades de mudar sua condição atual, aperfeiçoando sua condição socioeconômica (ENEF, 2011).

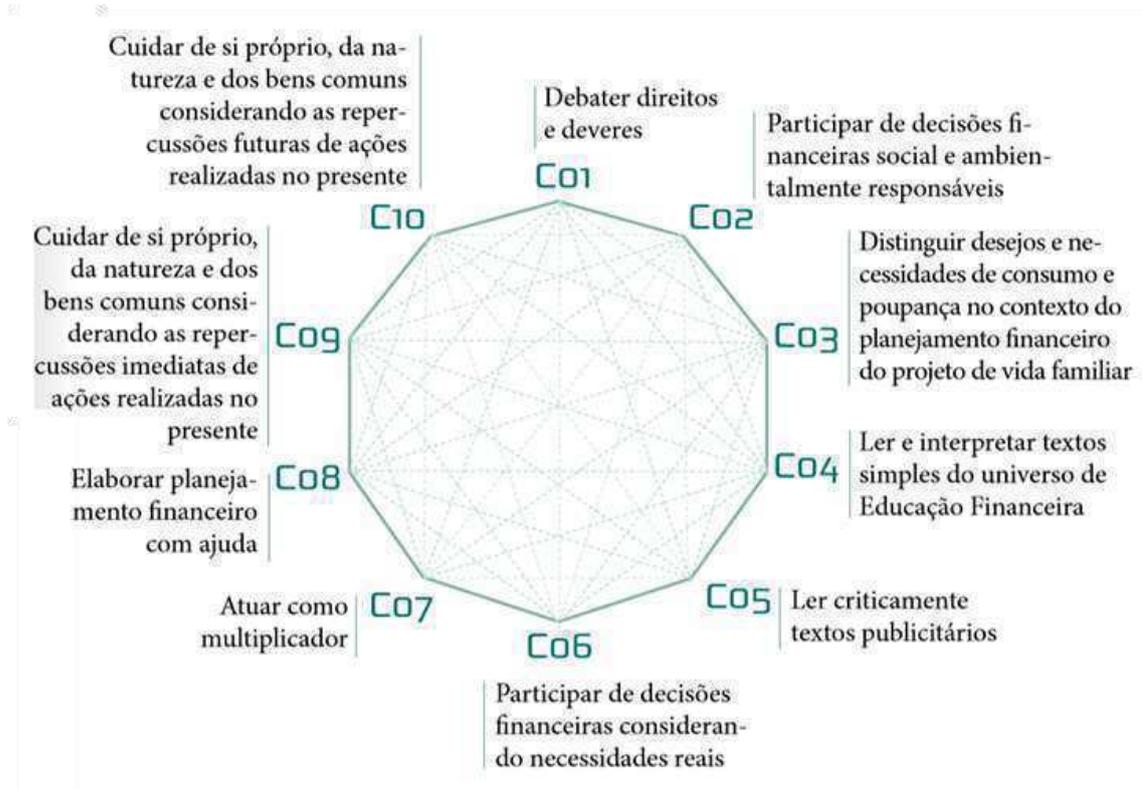
Desta forma, será possível alcançar os objetivos propostos, por meio de abordagens que permitam desenvolver as competências: 1) aquisição de informações e condições de interpretar de forma correta, que diz respeito ao eixo dos conhecimentos; 2) realização de exercícios e outros recursos que permitam avaliar o conhecimento, treinando aquilo que se aprendeu, referente ao eixo das habilidades; 3) refletir e conscientizar sobre todas as consequências relacionadas às atitudes e decisões financeiras, sejam elas, anteriores, durante ou posteriores às decisões, relativamente ao eixo das atitudes (ENEF, 2011 b, p. 172).

2.3.3.4 Implicações

A proposta de elaboração deste livro didático implicou diretamente no aperfeiçoamento de competências no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme os objetivos anteriormente apresentados, ao estudarem o material didático, os alunos puderam adquirir algumas das competências desejadas, de acordo com o Decálogo de Competências – Educação Financeira nas Escolas (CONEF, 2014):

Figura 5 – Decágono das Competências – Educação Financeira nas Escolas



Fonte: CONEF (2014, p.14)

Baseado nos objetivos apresentados pela ENEF, é possível verificar que não basta aos alunos adquirirem somente conhecimentos formais sobre Educação Financeira, mas que possam obter ainda a informação, construir habilidades e ter motivações para que haja uma mudança de comportamento em relação ao gerenciamento de suas finanças no cotidiano (MORAES; FREITAS, 2019).

A leitura e o aprendizado do conteúdo do livro didático devem proporcionar aos alunos a possibilidade de desenvolver as competências propostas pela ENEF (2011), conforme segue de 1 a 10:

1. Debater direitos e deveres: está ligada à atitude, de modo que a partir dessa competência deseja-se formar o aluno para a cidadania, alcançando o primeiro objetivo, onde o cidadão poderá ter direito de usufruir as diversas oportunidades da vida, como “liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras. [...]” (ENEF, 2011 b, p. 65). Conforme Perrenoud (2000), exercer a cidadania é fundamental para construir uma sociedade democrática na busca pela justiça.

2. Participar de decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis: por meio dessa atitude, espera-se adquirir tal competência, abordando conceitos que permitam ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável. O consumo é visto como um direito, todavia, quando realizado de forma inadequada, prejudica o bom funcionamento da economia. Portanto, é preciso ter a consciência da necessidade de se consumir com responsabilidade e preocupação com as decisões que podem ter impactos futuros sociais e ambientais (ENEF, 2011 b).

3. Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do planejamento financeiro do projeto de vida familiar: seria a habilidade, por meio da qual essa competência pode e deve ser adquirida no contexto familiar, abrangendo também as crianças, que ao terem contato com os conceitos de Educação Financeira, irão adquirir conhecimentos, podendo diferenciar gastos supérfluos ou essenciais, e por meio dessa habilidade, realizar escolhas adequadas, e ainda, o costume de poupar sempre que possível (ENEF, 2011 b).

Essa terceira competência está diretamente relacionada com a segunda, buscando também alcançar o segundo objetivo.

4. Ler e interpretar textos simples do universo de Educação Financeira: diz respeito à habilidade, sendo uma competência extremamente necessária para o aluno compreender os conceitos de receitas, despesas, custo-benefício, empréstimos, juros, previdência, entre outras, relacionadas ao sistema financeiro, permitindo uma atuação de forma independente para compreensão dos diversos textos sobre o assunto (ENEF, 2011 b).

5. Ler criticamente textos publicitários: tem-se a atitude, que a partir dessa competência, juntamente com a anterior, permite alcançar o terceiro objetivo, ou seja, oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude. Demonstra a importância de apresentar nos conteúdos de Educação Financeira as características da publicidade (conhecimento), instruindo o aluno a identificar como esse campo atua (habilidade) e capacitando-o a realizar um julgamento crítico dessas mensagens em seu cotidiano (atitude) (ENEF, 2011 b).

6. Participar de decisões financeiras considerando necessidades reais: competência para poder ter a atitude de participar nas decisões financeiras da família. Por meio de orientações, o aluno conseguirá avaliar necessidades reais de

compra, podendo levantar questionamentos e analisar a viabilidade de compra em determinado momento (atitude). Essa competência está em sintonia com a quarta e quinta competência, buscando o terceiro objetivo (ENEf, 2011 b).

7. Atuar como multiplicador: competência capaz de tornar o adulto como um participante ativo em ações que envolvam a educação financeira. É a habilidade de reconhecer seu potencial, agindo com comportamentos (atitudes) que possibilitem alcançar o quarto objetivo, qual seja, formar multiplicadores, de maneira a propagar a Educação Financeira entre pessoas com as quais se relaciona (ENEf, 2011 b).

8. Elaborar planejamento financeiro com ajuda: com essa competência, o aluno será capaz de ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos (quinto objetivo). A Educação Financeira tem relação com o passado, o presente e o futuro, sendo que atitudes no presente acarretarão responsabilidades no futuro. Dessa forma, é necessário planejamento que deve envolver prioridades e algumas renúncias (ENEf, 2011 b).

A Educação Financeira deve contribuir para que o cidadão compreenda a relevância de se fazer um planejamento financeiro, traçando objetivos e almejando a realização de seus sonhos.

9. Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente (ENEf, 2011 b).

10. Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente (ENEf, 2011 b).

As competências 9 e 10 fazem menção à importância de uma cultura de prevenção, devendo os alunos terem “noções de consumo consciente, poupança, investimentos e plano de previdência (conhecimento)” (MORAES; FREITAS, 2019). Sendo assim, poderá refletir como é importante planejar o quanto antes, atuando com prudência e segurança diante de acontecimentos imprevistos.

Portanto, é imprescindível que os alunos desenvolvam as competências apresentadas, e, conseqüentemente, atinjam os objetivos propostos, pois, desta forma, serão capazes de administrar seus recursos financeiros de forma adequada, sendo que as decisões realizadas, no presente momento, trarão benefícios a si próprio e às suas famílias.

Articulando os eixos dos conhecimentos, habilidades e atitudes, serão organizadas as atividades avaliativas para serem aplicadas em sala de aula com os alunos.

2.3.4 Avaliação do Material e sua Aplicabilidade

Outra questão acerca da elaboração do material didático se refere à avaliação em que ele deverá ser submetido, preferencialmente por outro profissional que entenda do tema, além de sua aplicação dentro do ambiente escolar (NOGUEIRA, 2012).

2.3.4.1 Questões em relação ao uso do material que deve ser avaliado

Ao se elaborar um material didático, uma preocupação pertinente diz respeito ao grau de dificuldade e complexidade, não podendo ser produzido de forma simplista, apenas veiculando informações. Deve-se considerar principalmente o aluno, motivando sua criticidade, o saber pensar e o desenvolvimento de sua autonomia (NOGUEIRA, 2012).

A partir dessa perspectiva, o livro didático “Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos” foi submetido à análise de três professores com experiências em áreas diversas: uma professora da rede pública de ensino que atua na disciplina de Matemática no Ensino Médio regular e também na modalidade da EJA; um professor da rede pública e particular de ensino que atua nas disciplina de Matemática e Física no Ensino Médio regular, na EJA, e no Ensino Profissionalizante; e, uma professora da rede pública e particular de ensino que atua na disciplina de Matemática no Ensino Médio regular.

A avaliação do material consistiu na leitura, análise e respostas de um questionário objetivo, abordando perguntas a respeito do livro didático, baseado nos estudos de Tomlinson (2003):

- 1) Qual a sua avaliação a respeito da clareza nas instruções?
- 2) Os textos são compreensíveis? O que poderia ser melhorado?
- 3) As tarefas são exequíveis e demonstram credibilidade?
- 4) O livro apresenta atrativos e poder de motivação? De que forma?
- 5) Há efetividade em facilitar a aprendizagem a curto prazo?

- 6) O livro está em sintonia com os objetivos do Programa de Educação Financeira nas Escolas no que se refere às dimensões espacial e temporal?
- 7) Permite aos alunos adquirirem as competências de acordo com o Programa Educação Financeira nas Escolas?
- 8) Trabalha as três dimensões relacionadas ao desenvolvimento de competências: conhecimentos, habilidades, atitudes (reflexão e valores)?
- 9) Sugestões:

Fonte: Tomlinson (2003), adaptado pelo autor

Os resultados desta etapa constam no capítulo 4, o qual apresenta a aplicação e análise de dados da produção técnica educacional.

2.3.4.2 Aplicação do Produto Educacional

O Produto Educacional, resultado da Dissertação do Mestrado, foi aplicado no segundo semestre do ano de 2019, em uma turma da EJA na disciplina de Matemática, no Centro Estadual de Educação Básica (CEEBJA), localizado na Rua Antonio Paiva Junior, nº 300, Centro, CEP 86.300-000, da cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Parte dos conteúdos foram apresentados em 8 (oito) aulas. Foram ministradas as aulas referentes à Introdução e mais três tópicos: Orçamento Pessoal e Familiar, Consumo Planejado, Poupança e Investimento.

Nas duas primeiras aulas, foram primeiramente entregues os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, e após preenchimento por parte dos alunos interessados foi feita uma avaliação diagnóstica para verificar os conhecimentos prévios dos alunos buscando melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem. Posteriormente, foi introduzido o tema Educação Financeira, apresentando informações e conceitos com o intuito de promover interesse e participação dos alunos.

Na terceira e quarta aula, ocorreu o desenvolvimento do tópico 1: Orçamento Pessoal e Familiar, e a aplicação de atividades que proporcionaram formas sobre como elaborar o orçamento pessoal ou familiar por meio de planilhas.

Na quinta e sexta aula, foi exposto o tópico 2: Consumo Planejado, demonstrando as atitudes que podem ser realizadas no dia a dia que contribuem para um consumo consciente. Como atividade, foi proposto um diálogo e debates entre os alunos no intuito de conscientizá-los sobre a importância de um consumo planejado.

Finalizando com as aulas 7 e 8, realizou-se o estudo sobre o tópico 3: Poupança e Investimento. Foram analisadas as formas de poupar, os tipos de investimentos, as vantagens e desvantagens de cada um. Como tarefa avaliativa, os alunos puderam simular os depósitos e rendimentos de uma caderneta de poupança, para que fosse despertado o interesse, e, conseqüentemente, conhecimento sobre o assunto.

Finalizando cada tema, o professor pôde estimular debates e discussões entre os alunos, proporcionando reflexão, criticidade e autonomia a respeito da importância da Educação Financeira sob diversos pontos de vista, para que a partir de então, os alunos pudessem a curto ou longo prazo, tomar atitudes adequadas e conscientes no que tange à administração de seus recursos financeiros.

Posteriormente, foi feita a análise de conteúdo somente com os alunos que estiveram presentes em todas as aulas, sendo observado o interesse, a participação por meio das falas e debates, a realização das tarefas avaliativas e a possibilidade de aquisição das competências propostas pelo CONEF.

Os conteúdos (tópicos) selecionados para serem trabalhados em sala de aula foram escolhidos dada a sua relevância dentro do tema Educação Financeira, amarrados aos conceitos básicos.

Desta forma, trabalhando os conhecimentos, habilidades e atitudes, desejou-se que professores e alunos pudessem alcançar os objetivos propostos pelo CONEF (2014), em relação à Educação Financeira nas Escolas: formar para a cidadania; ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; formar disseminadores; ensinar a planejar a curto, médio e

longo prazos; desenvolver a cultura da prevenção; proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.

2.3.4.3 Procedimentos avaliativos

Avaliação vem do latim (*a + valere*), e tem o significado de valor em relação ao objeto pesquisado: é o ato de medir aquilo que o indivíduo adquiriu de conhecimento. É um recurso muito importante para o sistema escolar que permite detalhar os conhecimentos, comportamentos e qualidades dos alunos, assim como as dificuldades durante o processo de ensino e aprendizagem (KRAEMER, 2005).

De acordo com Sant'Anna (1998, p. 29-30), por meio da avaliação é possível “identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático.

Sendo uma tarefa complexa, a avaliação não é simplesmente realizar provas e atribuir notas, mas deve proporcionar dados que devem ser avaliados qualitativamente, cumprindo funções pedagógico-didáticas, diagnosticando e controlando os instrumentos de verificação do rendimento dos alunos (LIBÂNEO, 1994).

Portanto, a avaliação da aprendizagem possibilita ao professor trabalhar a investigação e intervir no processo de ensino e aprendizagem, buscando melhores resultados para os alunos, permitindo ainda um juízo sobre a qualidade dos dados apresentados, que nortearão sua tomada de decisões (LUCKESI, 1997).

Diante do exposto, buscou-se, no Produto Educacional, conceber a realização de atividades que permitiram uma avaliação diagnóstica, no sentido de compreender quais os conhecimentos os alunos tinham sobre finanças e como administravam suas receitas e despesas no dia a dia, e também uma avaliação formativa, observando o desempenho dos alunos no final de cada capítulo (tema) do livro.

Algumas atividades do livro didático elaborado têm relação direta com a Matemática, outras analisam a capacidade de reflexão e tomada de consciência no que se refere à Educação Financeira, e outras exploram a capacidade de argumentação e criticidade dos alunos, que fizeram discussões e apresentaram suas ideias em grupos dentro da sala de aula.

Por meio de todas as atividades avaliativas do material didático, pretendeu-se contribuir para que os alunos adquirissem as competências elencadas anteriormente, e conquistassem os objetivos propostos pelo Programa de Educação Financeira nas Escolas. Entretanto, para este trabalho, avaliou-se apenas as atividades vinculadas às aulas trabalhadas em sala com alunos e descritas anteriormente.

A análise das informações foi realizada em conformidade com a Análise Textual Discursiva com base na metodologia apresentada por Moraes e Galiuzzi (2006).

Após ter sido realizada a leitura aprofundada dos materiais que versam sobre Educação Financeira, elaborados pela OCDE, MEC, ENEF, entre outros, assim como o Processo de Revisão Sistemática de Literatura e levantamento bibliográfico das produções acadêmico-científicas sobre EF, selecionou-se os conteúdos significativos.

Posteriormente, foram definidas as categorias a serem trabalhadas em sala de aula, de acordo com sua importância: Noções sobre Educação Financeira, Orçamento Pessoal e Familiar, Consumo Planejado, Poupança e Investimento.

Em seguida, foram estabelecidas as unidades de análise, com base nos objetivos apresentados pela ENEF (2011) definindo as competências financeiras almejadas, assim como nos estudos de Moraes e Freitas (2019). Diante da aplicação de parte do material didático, analisou-se se cada uma das categorias abordavam as competências estabelecidas: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes.

Em relação aos Conhecimentos foram apresentados os conceitos formais de cada conteúdo trabalhado. No que se refere às Habilidades, foram propostas atividades relacionadas às práticas financeiras diárias dos alunos que pudessem favorecer a aprendizagem. Diante das Atitudes, proporcionou-se momentos de reflexão para que os alunos pudessem pensar e discutir em sala de aula quais atitudes poderiam ser tomadas em relação às finanças, seja no momento presente ou futuro, contribuindo para sua vida pessoal, familiar e comunitária.

3 PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL

O Produto Educacional “Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos” trata de um livro didático sobre Educação Financeira direcionada à EJA.

O livro apresenta uma introdução e 12 capítulos que abordam os assuntos mais relevantes no que se refere à Educação Financeira. Assim, se divide da seguinte forma:

Introdução: Noções sobre Educação Financeira

A introdução apresenta o conceito de Educação Financeira de acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), levando o aluno à compreensão do tema e despertando interesse em adquirir informações que sejam úteis no seu dia a dia.

Capítulo 1: Orçamento Pessoal e Familiar

São apresentados os conceitos de orçamento a partir das receitas e despesas, esclarecendo as formas de cada uma delas. Por meio de atividades que retratam situações concretas do cotidiano, o aluno consegue desenvolver habilidades, mais especificamente no que se refere às anotações de suas receitas e despesas para elaboração do orçamento. Ao final do capítulo, no momento de reflexão, o aluno pode pensar em quais atitudes devem ser tomadas para contribuir com o seu futuro e com a sociedade.

Capítulo 2: Consumo Planejado

Aborda um tema essencial no que diz respeito às finanças, haja vista, que o consumo se faz presente na vida de todas as pessoas. Apresentando as vantagens de um consumo planejado, o aluno adquire conhecimentos que poderão contribuir em sua vida. Também são trabalhadas atividades que proporcionam o desenvolvimento de habilidades, e ainda, momentos para os alunos refletirem em grupo quais atitudes adequadas devem ser tomadas no momento presente, tendo em vista a preocupação com o futuro.

Capítulo 3: Poupança e investimento

Abordando conhecimentos sobre poupança e investimento, o capítulo proporciona ao aluno a possibilidade de diferenciar poupança de caderneta de poupança, e conhecer alguns tipos de investimentos existentes no mercado. Com atividades que trabalham aplicação de juros e rendimentos da caderneta de

poupança, o aluno consegue simular situações similares à vida real, despertando interesse e desenvolvendo habilidades práticas. Ao final do capítulo, pode realizar um momento de reflexão sobre os três primeiros capítulos e descrever quais atitudes seriam possíveis tomar a partir de quando adquiriu os conhecimentos básicos e desenvolver habilidades sobre cada tema.

Capítulo 4: Crédito

Demonstra a função e as modalidades de crédito, explicando juros simples e juros compostos, com o passo a passo nas atividades. Proporciona também acesso a outro *site* que esclarece de forma detalhada os cálculos com juros compostos. Neste capítulo, o aluno também pode realizar atividades que se relacionam com o seu cotidiano e desenvolver habilidades no que se refere às taxas de juros. Além disso, ainda pode refletir sobre atitudes alternativas na hora de realizar suas compras a prazo, pagando menos juros.

Capítulo 5: Endividamento

Apresentando o conceito de endividamento, o capítulo destaca a diferença existente entre endividado e inadimplente. O aluno aprende dicas sobre como negociar suas dívidas, como “limpar” o nome na SERASA, como evitar cair na inadimplência, sendo possível também consultar seu CPF. Realizando as atividades, o aluno pode anotar suas dívidas e fazer uma análise de quais gastos seriam possíveis reduzir. Com as atividades em grupo, cada aluno pode dar sua opinião sobre o endividamento excessivo, refletindo nas consequências que isso gera na sociedade.

Capítulo 6: Aposentadoria

São apresentados alguns dados do IBGE no que tange à expectativa de vida do brasileiro, e a importância de estar preparado financeiramente para se envelhecer com qualidade de vida. Sendo a aposentadoria um assunto do interesse de todos, o capítulo apresenta as novas regras da Previdência Social, para compreensão das principais alterações em relação à aposentadoria. Destaca-se, no capítulo, a existência de planos obrigatórios e complementares, e a explicação de cada um deles. Por meio das atividades, o aluno consegue analisar e discutir com os colegas algumas questões que irão impactar diretamente no seu futuro, e conseqüentemente, em toda a sociedade, no que tange à aposentadoria. No momento de reflexão, inserido ao final do capítulo por meio de um quadro, é feita uma revisão dos capítulos 4, 5 e 6, permitindo ao aluno descrever quais atitudes

devem ser tomadas no momento presente tendo em vista a dimensão espacial e a dimensão temporal da Educação Financeira.

Capítulo 7: Alimentação

Sendo imprescindível para a vida das pessoas, a alimentação deve estar inserida no orçamento. Esse capítulo leva a refletir sobre a importância de uma alimentação saudável, evitando desperdícios. Apresenta dicas sobre alimentação saudável e orientações para os pais serem exemplos para seus próprios filhos. O aluno desenvolve habilidades ao realizar atividades relacionadas à alimentação e pode refletir sobre seus hábitos alimentares, pensando em quais atitudes devem ser tomadas a partir desse momento.

Capítulo 8: Moradia

Aborda a questão da moradia, que é um direito previsto na Constituição Federal. Sendo uma garantia constitucional, o capítulo leva à reflexão do tema e permite acesso à Constituição Federal de 1988 em sua íntegra por meio da indicação de um link. Apresenta programas sociais do governo que proporcionam aquisição de imóveis com subsídios e parcelamentos, demonstrando as vantagens e desvantagens de financiamentos imobiliários. A atividade proposta permite uma comparação entre o pagamento de aluguel e o financiamento de um imóvel, desenvolvendo habilidades de cálculos, sendo capaz de refletir individualmente e em grupo qual seria mais vantajoso. Como sugestão, o aluno poderá receber orientações para simular operações de financiamento por meio do *site* da Caixa Econômica Federal, dentro da sua própria realidade, e planejar a conquista de seu próprio imóvel.

Capítulo 9: Transporte

Menciona os diversos tipos de transportes utilizados pela população, e o resultado de uma pesquisa realizada em 2010 sobre quais seriam os mais utilizados. Apresenta uma reflexão dos custos de quem utiliza principalmente o automóvel como meio de transporte, permitindo ainda o acesso a uma calculadora de mobilidade urbana onde é possível fazer a simulação de gastos mensais por pessoa nos mais variados meios de transporte. As atividades são baseadas em gastos aproximados da realidade dos alunos, com o intuito de desenvolver habilidades de cálculos e raciocínio no que diz respeito aos gastos com transporte. Por meio de grupos, os alunos discutem qual meio de transporte mais útil e econômico de acordo com sua necessidade. Este capítulo também apresenta uma

revisão dos conceitos trabalhados nos capítulos 7, 8 e 9, referente à alimentação e à moradia, sendo possível descrever as atitudes adequadas a serem tomadas em relação a esses assuntos.

Capítulo 10: Saúde

Este capítulo retrata a preocupação que todos devem ter com a saúde, apresentando as diferenças entre medicamentos de éticos, genéricos e similares. Demonstra várias dicas de saúde e proporciona atividades relacionadas aos custos com medicamentos e reflexões sobre atitudes que podem beneficiar a saúde.

Capítulo 11: Educação

Previsto como um direito fundamental, esse tema também pode fazer parte da Educação Financeira, haja vista, estar presente constantemente no orçamento de várias famílias. O capítulo também apresenta atividades que permeiam o cotidiano dos alunos no que se refere aos gastos e investimentos com educação.

Capítulo 12: Despesas Diversas

Neste capítulo, o aluno consegue perceber que muitos gastos que geralmente não estão inseridos no orçamento e que consomem parte da renda das pessoas. Sendo assim, todas as despesas diversas, sendo essenciais ou supérfluas, devem ser consideradas no momento de elaboração do orçamento. O aluno pode desenvolver habilidades por meio de exercícios que retratam sua realidade em relação às mais variadas despesas. Nesse capítulo, também são apresentadas dicas importantes de Direitos do Consumidor.

Referências

Como referencial teórico, foram utilizadas obras relevantes que tratam do tema Educação Financeira, como artigos publicados em revistas científicas, livros, legislação e sites.

O livro Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos, produto educacional desta dissertação, encontra-se disponível na íntegra em:

<https://uenp.edu.br/ppgen-produtos-educacionais>, ou,

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/561356>.

4 APLICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PRODUÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL

Neste capítulo, é apresentado o descritivo da aplicação da produção técnica educacional, ou seja, do livro Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos, realizado em 8 aulas, em uma turma da EJA, na disciplina de Matemática, no Centro Estadual de Educação Básica (CEEBJA), localizado na Rua Antonio Paiva Junior, nº 300, Centro, CEP 86.300-000, na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no segundo semestre de 2019.

Na fotografia abaixo, segue o momento da apresentação da proposta de aplicação do Produto Educacional aos Diretores do CEEBJA.

Fotografia 1 – Diretores do CEEBJA



Fonte: O autor (2019)

Apresenta-se um resumo sobre como foi aplicado o Produto por meio de um relatório, e consequente análise das informações em conformidade com a Análise Textual Discursiva com base na metodologia apresentada por Moraes e Galiuzzi (2006).

De acordo com Moraes (2003, p. 192), a Análise Textual Discursiva “[...] por ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem” a partir de três componentes: “unitarização, categorização e o captar do novo emergente”.

A primeira etapa da Análise Textual Discursiva, a unitarização tem como característica a leitura aprofundada dos dados, selecionando as unidades significativas, ou seja, desconstruindo as informações, por meio da capacidade de interpretação do pesquisador (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Na segunda fase, a categorização se apresenta como um “processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise, levando ao agrupamento de elementos semelhantes” (MORAES, 2003, p. 197). Diante dos objetivos do trabalho, criam-se categorias por meio de algum critério, verificando os elementos semelhantes, podendo modificá-las e organizá-las sempre que necessário (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Esse processo de categorização é marcado por três propriedades: validade ou pertinência, homogeneidade, não exclusão mútua (MORAES, 2003).

Finalmente, a terceira fase da Análise Textual Discursiva se refere à captação do novo emergente, onde o pesquisador realizará um metatexto, apresentando considerações a respeito das categorias descritas, além de novos entendimentos a partir de sua rigorosa análise dos dados (MORAES, 2003).

Para o presente estudo as categorias definidas foram: Noções sobre Educação Financeira, Orçamento Pessoal e Familiar, Consumo Planejado, Poupança e Investimento. Pois conforme ensina Moraes e Galiazzi (2006), quando se tem conhecimento sobre os temas de análise, as categorias são definidas como a *priori*.

As categorias foram estabelecidas por meio de estudos sobre Educação Financeira, tomando como base temas identificados a partir de um Levantamento Bibliográfico das Publicações Acadêmico-Científicas sobre Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos (GUILLEN HURTADO; FREITAS, 2019), e ainda, materiais elaborados pelo CONEF (2013) e publicados pelo MEC (2013) selecionando-se os que mais são evidenciados nos materiais mencionados, de acordo com sua relevância.

Considerando a estrutura do Livro Didático de 12 capítulos, além da introdução, e a limitação de tempo de aplicabilidade do material em 8 aulas, foram selecionados alguns capítulos para o trabalho com os alunos da EJA, como segue:

- a) Primeira e segunda aulas: Introdução: Noções sobre Educação Financeira,

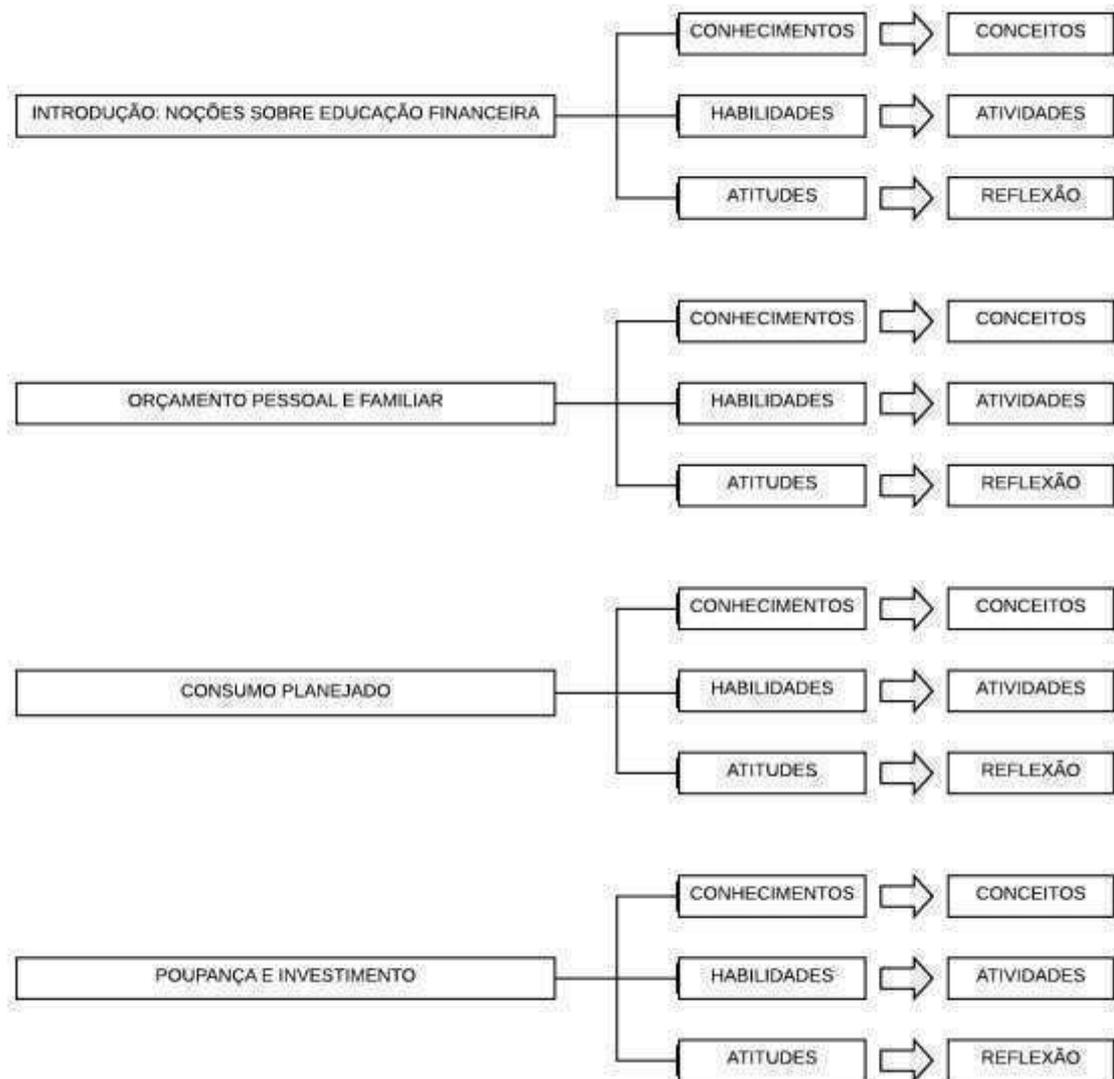
- b) Terceira e quarta aulas: Capítulo 1 – Orçamento Pessoal e Familiar,
- c) Quinta e sexta aulas: Capítulo 2 – Consumo Planejado,
- d) Sétima e oitava aulas: Capítulo 3 – Poupança e Investimento.

Em cada uma das aulas, foram trabalhadas as categorias verificando as unidades de análise, estabelecidas a partir das competências adquiridas por meio da Educação Financeira, sendo elas: Conhecimento, Habilidades e Atitudes. Conhecendo-se anteriormente, como é o caso, os temas que foram analisados, assim como definindo as categorias *a priori*, torna-se necessário identificá-las e separá-las de acordo com os objetivos da pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Com a aplicação do Produto Educacional, foi possível avaliar se cada um dos capítulos do livro permitiu trabalhar efetivamente as competências e objetivos apresentados pela ENEF.

Em relação à primeira unidade de análise: Conhecimento, foram abordados os conceitos de cada tema, de forma que o aluno conseguisse compreender seu significado e sua importância. Diante da segunda unidade de análise: Habilidades, realizando as atividades propostas, o aluno pode desenvolver o raciocínio (inclusive no que se refere à matemática) em relação às finanças com situações reais do seu dia a dia. Por fim, na terceira unidade de análise: Atitudes, que se dão nos momentos de reflexão (individual ou em grupo), o aluno conseguiu refletir sobre quais seriam as ações adequadas que poderiam ser tomadas a partir daquele momento, pensando no momento presente, mas assumindo compromisso com as consequências no futuro.

Desta forma, a análise de dados segue organizada conforme a figura 6:

Figura 6: Competências Financeiras

Fonte: O autor (2019)

Portanto, segue o relatório da aplicação da produção técnica educacional, assim como a análise de dados.

4.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL POR PROFESSORES ESPECIALISTAS

Antes da aplicação do Produto Educacional, o mesmo foi submetido à análise de três professores com experiências em áreas diversas: uma professora da rede pública de ensino que atua na disciplina de Matemática no Ensino Médio regular e também na modalidade da EJA; um professor da rede pública e particular

de ensino que atua nas disciplinas de Matemática e Física no Ensino Médio regular, na EJA, e no Ensino Profissionalizante; e, uma professora da rede pública e particular de ensino que atua na disciplina de Matemática no Ensino Médio regular.

Os professores avaliadores realizaram a leitura do material, analisaram e responderam individualmente um questionário com perguntas a respeito do livro didático, baseado nos estudos de Tomlinson (2003), que foram adaptadas pelo autor da pesquisa. Segue as perguntas mencionadas no questionário, seguidas das respostas dos avaliadores. Para melhor compreensão da avaliação realizada, os professores foram denominados P1, P2 e P3.

1) Qual a sua avaliação a respeito da clareza nas instruções?

P1: *Ótimo.*

P2: *O material está claro e de fácil entendimento.*

P3: *Tem uma linguagem clara de fácil entendimento.*

2) Os textos são compreensíveis? O que poderia ser melhorado?

P1: *Sim, texto de fácil compreensão, não necessita de melhoras na minha opinião.*

P2: *Nas páginas 12 e 13, onde está intitulado FÓRMULA, no meu ponto de vista, não se trata de uma fórmula e sim de um encaminhamento ou passo a passo ou roteiro. Não seria interessante colocar as fórmulas do Juros Simples e do Juros Composto, logo após a definição do Juros Simples e do Juros Composto? Isso daria a liberdade para o aluno ver o encaminhamento que julgar melhor para o desenvolvimento da atividade.*

P3: *Acredito que para o público alvo os textos apresentam uma linguagem de fácil entendimento.*

Ajustes realizados: Foi inserida, no capítulo sobre Crédito, a fórmula de resolução de juros simples e juros compostos, sendo alterada onde constava o título FÓRMULA para Passo a Passo.

3) As tarefas são exequíveis e demonstram credibilidade?

P1: *Sim.*

P2: *Percebi que, nas atividades, não foram utilizados números decimais, sendo que na maioria das situações abordadas, os valores reais não são números inteiros. Penso que seria interessante incluir alguns números decimais nas*

atividades, podendo utilizar valores reais, que os próprios alunos tragam ou conheçam.

P3: As tarefas são bem formuladas e podem ser resolvidas com credibilidade.

Ajustes realizados: Foram inseridas atividades utilizando números decimais, mais precisamente no capítulo 4 que trata sobre crédito.

4) O livro apresenta atrativos e poder de motivação? De que forma?

P1: Sim, com textos e atividades de fácil manuseio e compreensão.

P2: Penso que, por ser um livro a ser utilizado pelos alunos de EJA, ficaria mais atrativo que fosse inclusos ilustrações (figuras), com a finalidade de deixar mais atrativos visualmente. Para que os alunos se motivem ainda mais, penso que seria interessante que fizessem algumas atividades que envolvessem a realidade dos próprios alunos.

P3: Sim. Este material pode ser utilizado em sala de aula e serve de motivação, por exemplo quando pede para refletir sobre o conteúdo que está sendo trabalhado com a realidade do aluno. Temos uma sociedade consumista que precisa aprender a usar o dinheiro com inteligência.

Ajustes realizados: Foram inseridas diversas ilustrações (figuras) com o intuito de deixar o livro mais atrativo para os leitores.

5) Há efetividade em facilitar a aprendizagem a curto prazo?

P1: Sim, com certeza.

P2: Sim, desde que os alunos sejam estimulados no desenvolvimento das atividades e que reflitam com os dados.

P3: Sim, principalmente porque relaciona o estudo com a realidade do aluno.

6) O livro está em sintonia com os objetivos do Programa de Educação Financeira nas Escolas no que se refere às dimensões espacial e temporal?

P1: Sim.

P2: Sim, estão de acordo com a proposta do Programa de Educação Financeira nas Escolas.

P3: Sim.

7) Permite aos alunos adquirirem as competências de acordo com o Programa Educação Financeira nas Escolas?

P1: *Sim.*

P2: *Sim, se for executado integralmente e com comprometimento dos alunos e principalmente dos professores.*

P3: *Sim. Nesse contexto, a escola é fundamental na formação de cidadão consciente do seu papel no desenvolvimento econômico e social.*

8) Trabalha as três dimensões relacionadas ao desenvolvimento de competências: conhecimentos, habilidades, atitudes (reflexão e valores)?

P1: *Sim.*

P2: *Sim, mas acredito que para uma melhor reflexão situações reais de cada aluno devem fazer parte.*

P3: *Sim, certamente motivando os alunos ir além do estudo da Matemática financeira em sala de aula, auxiliando no seu dia a dia.*

Ajustes realizados: Algumas atividades foram alteradas com o objetivo de retratar situações vivenciadas no cotidiano dos alunos.

9) Sugestões:

P1: *Nenhuma.*

P2: *Na página 08, no texto “Contudo, as receitas variáveis...” penso que devem ser inclusos: “ou eventuais”, visto que você usa esses dois termos na abordagem.*

Ajustes realizados: Não foram realizadas alterações nesse sentido, pois o referencial teórico utilizado classifica as receitas como fixas ou variáveis. O termo “eventuais” foi utilizado anteriormente na classificação das despesas.

Na proposta para elaborar o orçamento familiar (página 10), penso que seria interessante solicitar que façam a planilha. Os alunos sabem o que é planilha? Sabem como construir? A proposta deles construírem é uma motivação para que façam em casa, para isso devem ter aprendido em sala de aula, só assim colocarão em prática. Essa planilha pode ser relacionada com a atividade 4 (página 15).

Ajustes realizados: Foi elaborada uma atividade no capítulo que versa sobre o orçamento pessoal e familiar, com a finalidade de que os alunos construam sua própria planilha, anotando suas receitas e despesas.

Na atividade 06, eu colocaria uma outra questão abordando o tempo necessário para atingir um determinado saldo.

Ajustes realizados: Não foi acolhida a sugestão, haja vista, que a questão já simula uma situação próxima da realidade do aluno, prevendo um tempo para adquirir determinado saldo.

Na atividade da página 25, quanto ao financiamento, não há taxa de juros? Penso que deve ser abordada essa taxa também, usando para calcular valor da prestação, valor total, valor paga a mais pelo financiamento.

Ajustes realizados: Foi excluída a questão 3 da página 25, seguindo a sugestão do professor avaliador, e dos professores da Banca de Qualificação, pois apresentava um contexto desproporcional à realidade.

Na atividade 10, item b (página 32), como foi abordado anteriormente planejamento diário, mensal e anual, penso que daria para incluir períodos (mensal e anual), isso permite uma reflexão.

Ajustes realizados: Na atividade 10, item b, foi inserida a questão abordando cálculos de economias no período mensal e anual, permitindo uma maior reflexão por parte do aluno.

Na atividade 11 (página 34), a primeira pergunta deveria estar solicitando que fizessem uma anotação descritiva desses investimentos, senão falaria um valor aleatório.

Ajustes realizados: Foi alterada a questão solicitando que o aluno descreva seus investimentos.

Na atividade 12, penso que deveria ser abordado algo que envolvesse cálculo de valores para uma melhor reflexão.

Ajustes realizados: Na atividade 12, foi inserida questão envolvendo cálculos para melhor reflexão do aluno.

Na atividade 13, penso que poderia incluir, além das perguntas que já têm, algumas que envolvam matemática.

Ajustes realizados: Na atividade 13, foram inseridas perguntas envolvendo matemática.

P3: Que todas as disciplinas se apropriem de seu conceito e a apliquem de forma prática e funcional e não fique somente na disciplina de Matemática.

Diante da avaliação dos professores, foi realizada uma revisão no Produto Educacional, sendo acolhidas praticamente todas as sugestões dos professores P1, P2 e P3, que destacaram que o material deveria apresentar mais ilustrações, atividades próximas da realidade dos alunos envolvendo cálculos matemáticos e possibilidades de aprofundar os conhecimentos em cada assunto, por meio de acesso a *sites*, vídeos, livros e outros.

4.2 APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 1 e 2 – INTRODUÇÃO: NOÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1 Relatório da Aplicação do Produto Educacional

Foram elaborados planos de aulas (Quadros 3, 4, 11 e 15) que foram aplicadas a cada duas aulas, tendo sido definidos previamente os temas abordados. Assim, nas duas primeiras aulas houve a apresentação pessoal do professor pesquisador, acompanhado pela professora regente de Matemática, conforme fotografia 2.

Fotografia 2 – Professor pesquisador e professora regente de Matemática



Fonte: O autor (2019)

Quadro 3 – Plano de Aulas 01 e 02

<p>I. Plano de Aula: Data: 04/09/2019</p>
<p>II. Dados de Identificação: Escola: CEEBJA Professor: Antonio Paulo Guillen Hurtado Disciplina: Matemática Série: 1º, 2º, 3º Turma: Ensino Médio Coletivo Período: Noturno (2 aulas)</p>
<p>III. Tema: - EDUCAÇÃO FINANCEIRA</p>
<p>IV. Objetivos: Objetivo geral: Analisar o conceito de Educação Financeira despertando interesse nos alunos em aprofundar o conteúdo. Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a participação nas aulas de forma reflexiva. • Trabalhar o decágono das competências por meio dos eixos articuladores: conhecimento, habilidades e atitudes. • Demonstrar o material didático (livro): Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos.
<p>V. Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução do tema, • Contexto histórico da Educação Financeira
<p>VI. Desenvolvimento do tema: Apresentação do tema Educação Financeira: conceito; importância; finalidade; contexto histórico; direitos constitucionais; oportunidades.</p>
<p>VII. Recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos apresentados em anexo. • Quadro negro. • Celulares.
<p>VIII. Avaliação: A avaliação será feita verificando a participação dos alunos ao responder perguntas ou fazê-las, pesquisa em sala de aula, debate entre os grupos.</p>
<p>XIX. Bibliografia: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 out. 2017. BRASIL. Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor. Ministério da Educação. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15361-aluno-caderno01-2014&Itemid=30192. Acesso em: 01 out. 2018. CONEF. Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor/ [elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013, Bloco 1, 1ª Edição Revisada. ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Livros – Ensino Médio, 2013. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/ensino-medio-apresentacao/. Acesso em: 29 mai. 2019. OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Assessoria de Comunicação Social. OECD's Financial Education Project. OCDE, 2004. Disponível em: www.oecd.org/. Acesso em 23 out. 2017.</p>

Fonte: O autor (2019)

Após foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido e explicado aos alunos que os dados seriam utilizados exclusivamente para a pesquisa e que a identidade dos participantes seria mantida em sigilo.

Em seguida, os alunos se apresentaram com nome, cidade onde residem, local de trabalho (profissão) e cada um relatou de forma breve os conhecimentos que têm sobre Educação Financeira, anotando em uma folha. Falaram ainda sobre suas expectativas em relação à educação, partilhando um pouco de seus conhecimentos de forma geral.

Na sequência, foi ofertado o material impresso com o conteúdo para cada aluno, sendo apresentados os conceitos da Educação Financeira, a proposta e o objetivo do material didático (Produto Educacional), conscientizando-os da importância de escolhas financeiras saudáveis. A partir dos conceitos de Educação Financeira, tornou-se possível compreender a sua relevância e as possibilidades de aplicação nas situações do dia a dia do aluno.

Por meio do diálogo entre alunos e professores, discutiram-se acontecimentos reais de vida os quais são necessárias tomadas de decisões que envolvem as finanças, e, conseqüentemente, influenciam diretamente à vida das pessoas, permitindo assim, que os alunos desenvolvessem habilidades nesse aspecto.

Fotografia 3 - Alunos do CEEBJA realizando atividades



Fonte: O autor (2019)

Por fim, proporcionou-se um momento de reflexão para que os alunos analisassem em relação aos conteúdos discutidos sobre Educação Financeira, quais atitudes eles já realizaram, quais estão realizando no momento presente, e ainda, quais atitudes seriam adequadas a partir desse momento, considerando um compromisso com o futuro.

4.2.2 Análise de Dados do Conteúdo Aplicado

Esta subseção apresenta a análise de dados referentes ao conteúdo aplicado nas duas primeiras aulas, em conformidade com a Análise Textual Discursiva com base na metodologia apresentada por Moraes e Galiuzzi (2006). No intuito de garantir o sigilo da pesquisa diante da identidade dos participantes, os alunos foram codificados com a letra A acompanhada por números de 1 a 6, no qual o código A1 corresponde ao aluno 1 e demais conseqüentemente. Considerando que o número total de participantes da aplicação do Produto Educacional foram 6 (seis) alunos, ficaram codificados da seguinte forma: A1, A2, A3, A4, A5 e A6. Apesar de que 7 (sete) alunos iniciaram na primeira aula, uma aluna deixou de frequentar o CEEBJA nas aulas seguintes, portanto, não será considerada na análise de dados.

Diante da apresentação pessoal e oral de cada aluno na primeira aula foi possível verificar o perfil dos mesmos, que são jovens com idade entre 18 e 35 anos, trabalhadores inseridos no mercado de trabalho (apenas uma aluna não estava trabalhando), e responsáveis pelas suas próprias finanças, assim como de sua família, haja vista, que 4 alunos eram casados (ou mantinham união estável).

Em relação às noções prévias que cada aluno tinha sobre Educação Financeira e o que foi anotado em uma folha por cada um deles, verificou-se noções básicas de controle do dinheiro, porém, quase todos possuíam uma grande dificuldade de se expressar de forma escrita.

No que diz respeito ao material entregue, após estudo sobre o que realmente vem a ser a Educação Financeira, o conceito definido pela OCDE, apresentação de exemplos práticos e similares àqueles vivenciados pelos alunos no dia a dia, constatou-se um grande interesse e motivação pelos participantes da pesquisa, incluindo a professora regente (disciplina de matemática), que acompanhou a aplicação do Produto Educacional em todas as aulas.

Dessa forma, ao introduzir algumas noções sobre Educação Financeira foi possível trabalhar os conhecimentos, primeira unidade de análise, que permitiu o desenvolvimento da primeira competência almejada pelo Programa Educação Financeira nas Escolas, ou seja, debater direitos e deveres, em sintonia com o objetivo “formar para a cidadania”, no qual o aluno poderá ter uma vida de escolhas com direito à liberdade, à igualdade, à participação política, acesso à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros.

Foi apresentado o livro didático: Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos, impresso e colorido com todos os capítulos para que os alunos pudessem ter contato com o material e vislumbrar todos os conteúdos abordados, assim como as atividades, ilustrações, reflexões e referências utilizadas.

Nesse sentido, desenvolveu-se a quarta competência, conforme o Programa Educação Financeira nas Escolas, que seria ler e interpretar textos do universo da Educação Financeira, adquirindo algumas habilidades necessárias no que se refere ao sistema financeiro, possibilitando uma forma independente do aluno compreender diversos textos sobre determinados assuntos.

Também houve uma orientação aos alunos no sentido de que independente do patrimônio da pessoa ou dos recursos financeiros de cada um, todos podem “aprender” sobre Educação Financeira e gerenciar suas finanças presentes de maneira que favoreçam o seu futuro próprio, e, em consequência, de toda a sociedade.

Ao final, realizou-se um momento de reflexão com os alunos discutindo sobre o conteúdo abordado em aula, no intuito de analisarem quais atitudes poderiam ser realizadas a partir daquele momento. Articulou-se a segunda e a sétima competência do Programa Educação Financeira nas Escolas, com os alunos refletindo sobre a importância da participação de cada um deles nas decisões financeiras no âmbito social e ambiental, assim como a relevância de sua atuação como disseminador dos conhecimentos e práticas da Educação Financeira, no sentido de atingir os objetivos da ENEF, consumindo de forma consciente e com responsabilidade, formando ainda outros potenciais disseminadores.

Assim, mesmo diante do pouco conhecimento dos alunos em relação ao tema introduzido nas duas primeiras aulas, todos eles demonstraram uma imensa vontade em aprender e colocar em prática no cotidiano os conhecimentos que possam favorecer o gerenciamento de suas finanças.

Destarte, nessa primeira aula, foi trabalhada a dimensão espacial e temporal, em consonância com o Programa Educação Financeira nas Escolas, haja vista, que os alunos puderam compreender que as decisões realizadas no presente acarretarão consequências no futuro, e que essas consequências podem refletir de forma individual, local, regional, nacional ou global.

4.3 APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 3 e 4 – ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR

4.3.1 Relatório da Aplicação do Produto Educacional

Conforme mencionado anteriormente, foi criado o plano de aula, sendo que para a terceira e quarta aula manteve-se da seguinte forma:

Quadro 4 – Planos de aulas 03 e 04

I. Plano de Aula: Data: 04/09/2019
II. Dados de Identificação: Escola: CEEBJA Professor: Antonio Paulo Guillen Hurtado Disciplina: Matemática Série: 1º, 2º, 3º Turma: Ensino Médio Coletivo Período: Noturno (2 aulas)
III. Tema: - ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR
IV. Objetivos: Objetivo geral: Compreender o conceito de orçamento e reconhecer as formas de elaborá-lo. Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar a classificação de despesas, • Analisar a classificação das receitas • Promover uma metodologia para elaboração do orçamento pessoal ou familiar.
V. Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> • Conceito de orçamento. • Despesas e receitas.
VI. Desenvolvimento do tema: Introdução do conceito de orçamento, verificando orçamento pessoal e familiar. Apresentação da classificação das despesas e das receitas. Proposta de metodologia sobre como elaborar o orçamento.
VII. Recursos didáticos: <ul style="list-style-type: none"> • Textos apresentados em anexo. • Quadro negro. • Celulares.
VIII. Avaliação: Por meio de 3 atividades o aluno deverá realizar atividades que permitam o desenvolvimento de habilidades referentes ao conteúdo trabalhado em sala de aula. Atividade 1 – Relacionar as despesas como fixas, variáveis ou eventuais. Atividade 2 – Elaboração de uma

planilha anotando as suas próprias receitas e despesas. Atividade 3 – Momento de reflexão que permitirá que o aluno assuma a partir de agora atitudes adequadas em relação às suas finanças.

XIX. Bibliografia:

BONTORIN, M. A. **Educação Financeira e Planejamento Doméstico**. Curitiba. 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4682661-Educacao-financeira-e-planejamento-domestico.html>. Acesso em: 16/04/2019.

BRASIL. **Senado Federal. Receitas e despesas: primárias e financeiras**, 2019 (04m52s). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil/6.-classificacoes-orcamentarias/receitas-e-despesas-primarias-e-financeiras>. Acesso em: 24/07/2019.

ENEF. **Orçamento doméstico ou pessoal**. 2018. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/orcamento-domestico-ou-pessoal/>. Acesso em: 20/12/2018.

MASSARO, A. **Como Cuidar de suas finanças pessoais: CFA (2015)** / André Massaro. – Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015. 59 p.

Fonte: O autor (2019)

Iniciou-se a aula com a exposição do tema: Orçamento Pessoal e Familiar. Após a verificação de quantos alunos possuíam aparelhos celulares com acesso à internet, foi possível que cada um realizasse uma pesquisa sobre o conceito de orçamento, sendo que os dois alunos que não tinham acesso, realizaram a pesquisa em dupla (com outro aluno).

Na sequência, foi apresentado o conceito formal de orçamento, e em seguida, questionou-se os alunos: “O dinheiro pode trazer felicidade? Afinal, o que é felicidade?”, na qual todos responderam de forma escrita no material entregue.

Fotografia 4 - Alunos do CEEBJA



Fonte: O autor (2019)

Posteriormente, estudou-se a classificação de despesas, que se dividem em fixas, variáveis e eventuais ou extraordinárias. Diante desses conhecimentos adquiridos, foi realizada uma atividade relacionada às despesas.

Em continuidade, foi examinada a classificação das receitas que podem ser fixas ou variáveis. Os alunos novamente realizaram uma pesquisa por meio dos celulares, acessando o link:

<https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil/6.classificacoesorcamentarias/receitas-e-despesas-primarias-e-financeiras>.

Após assistirem ao vídeo “Receitas e despesas: primárias e financeiras” e aprofundarem os conhecimentos, eles realizaram a segunda atividade, elaborando uma planilha, anotando suas próprias receitas e despesas.

Os alunos foram conscientizados sobre a importância do orçamento financeiro, os desafios individuais e familiares, e a partir daí, foi apresentado uma proposta de metodologia para elaboração do orçamento pessoal e/ou familiar.

Encerrou-se a aula com um momento onde os alunos puderam refletir quais atitudes poderiam ser realizadas a partir da ocasião, de forma que pudesse contribuir para o seu futuro, e conseqüentemente para a sociedade.

Fotografia 5 – Professores e alunos ao final da aula



Fonte: O autor (2019)

4.3.2 Análise de Dados do Conteúdo Aplicado

A partir do material que foi entregue aos alunos, tendo sido realizadas as atividades pelos mesmos, segue a análise da aplicação do Produto na terceira e quarta aula.

Conforme exposto, no início da aula foi explicado o conceito de orçamento para que os alunos pudessem adquirir os alguns conhecimentos necessários sobre o tema do dia. Para motivação inicial, foram realizadas as seguintes perguntas para que os alunos respondessem de forma escrita: “O dinheiro pode trazer felicidade? Afinal, o que é felicidade?”.

Quadro 5 – Resposta dos alunos participantes

A1	<i>Não, ele ajuda, mas não traz felicidade. A felicidade não se compra com dinheiro, mas com amor ao próximo.</i>
A2	<i>O dinheiro traz felicidade sim, e todo mundo sabe disso. O que não traz felicidade é a pobreza, a miséria e a fome. Felicidade é viver em companhia de pessoas especiais.</i>
A3	<i>Sim. O dinheiro traz felicidade porque ajuda a gente na vida financeira e também na saúde.</i>
A4	<i>Em partes sim. Como o conforto de compra de roupas carro, casa. Felicidade e viver de bem com todos.</i>
A5	<i>Sim, se souber aplicá-lo e investir.</i>
A6	<i>Sim, mas não é tudo. A nossa família seria o pilar da felicidade porque dinheiro não compra tudo e muito menos a sorte.</i>

Fonte: O autor (2019)

Considerando que o dinheiro está diretamente relacionado ao orçamento pessoal e familiar, esse questionamento novamente possibilitou a compreensão dos alunos diante de sua participação nas decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis, ou seja, a segunda competência de acordo com o Programa Educação Financeira nas Escolas, contribuindo assim, para a formação da cidadania.

Após abordar os conceitos de orçamento, foram trabalhadas as classificações das despesas e receitas, apresentando detalhadamente suas diferenças, e após, foi realizada uma atividade para que os alunos pudessem desenvolver suas habilidades diante desses conhecimentos adquiridos.

Quadro 6 – Atividade do Livro Didático

RELACIONE AS DESPESAS ABAIXO COMO FIXAS, VARIÁVEIS OU EVENTUAIS
1 – DESPESAS FIXAS
2 – DESPESAS VARIÁVEIS
3 – DESPESAS EVENTUAIS
() Aluguel
() Combustível
() Transporte público
() Prestação do financiamento de imóvel
() IPTU
() Mensalidade Escolar
() IPVA
() Taxa de condomínio
() Presentes
() Alimentação / Supermercado
() Consertos em geral

Fonte: O autor (2019)

Quadro 7 - Respostas dos alunos

	A1	A2	A3	A4	A5	A6
Aluguel	1	1	1	1	1	1
Combustível	1	1	2	2	2	2
Transporte Público	3	2	2	2	2	1
Prestação do financiamento de imóvel	2	1	1	1	2	1
IPTU	1	2	1	1	1	1
Mensalidade escolar	2	1	1	1	1	2
IPVA	1	3	1	2	1	1
Taxa de condomínio	1	3	-	1	1	1
Presentes	3	3	3	3	3	2
Alimentação / Supermercado	1	2	1	1	2	2
Consertos em geral	2	3	2	2	2	3

Fonte: O autor (2019)

Em seguida, ressaltou-se as sete classes de despesas, direcionando os alunos ao acesso em um ambiente virtual para aprofundamento a respeito das receitas e despesas, e, posteriormente, realizou-se outra atividade, na qual os alunos iniciaram a construção de sua própria planilha.

De forma resumida, os alunos apresentaram as seguintes informações:

Quadro 8 – Resumo das respostas dos alunos

A1	Inseriu todos os dados juntos (receitas e despesas), não apresentando a soma dos valores de despesas e o saldo positivo ou negativo do resultado. Apresentou como despesa somente aluguel, supermercado, água, luz e combustível.
A2	Aparentemente, pelos valores informados, criou um orçamento distante de sua própria realidade, mas se esforçou para realizar a atividade, todavia, apresentou somente as despesas.
A3	Colocou suas receitas (salário), e algumas despesas (prestação do financiamento do imóvel, vestuário, supermercado e combustível). Não somou os valores para verificar a diferença dos valores.
A4	Apresentou somente os valores de suas despesas: aluguel, combustível, água, luz, supermercado, IPVA, sem inserir a soma dos valores.
A5	O aluno mencionou que não tem renda fixa tendo gastos somente com mercado e transporte, sem apresentar valores.
A6	Informou seu salário, assim como suas despesas básicas, sem apresentar a soma dos valores.

Fonte: O autor (2019)

Após os alunos realizarem a atividade, foi trabalhada uma proposta de metodologia para elaboração do orçamento pessoal e familiar, ou seja, um passo a passo para auxiliar os alunos nesse processo de construção de seu próprio orçamento.

Ao analisar as respostas dos alunos nas duas atividades, percebeu-se que alguns têm dificuldades em distinguir as despesas fixas, variáveis e eventuais. As dificuldades prosseguem no exercício posterior, no qual a maioria não conseguiu apresentar de forma organizada quais são seus rendimentos mensais e quais são exatamente suas despesas. Alguns reproduziram algumas despesas do exercício anterior, sem calcular o valor total de suas despesas, e alguns nem sequer conseguiram escrever quais seriam suas receitas ou despesas.

Todavia, mesmo com todas essas limitações, mais uma vez foi possível adquirir uma competência de acordo com a ENEF, ou seja, a oitava

competência, que seria de elaborar planejamento financeiro com ajuda, e, conseqüentemente, buscar o objetivo de instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos, referentes à dimensão temporal, articulando o passado, presente e futuro.

No final dessas duas aulas, a reflexão foi a seguinte: “Quais atitudes você pode realizar no presente momento de forma que contribua para o seu futuro, e, conseqüentemente, para toda a sociedade?”. Diante dessa questão, os alunos responderam da seguinte maneira:

Quadro 9 – Respostas dos alunos

A1	Podemos refletir mais sobre os gastos para que no futuro façamos alguma coisa para nos ajudar.
A2	Fazer uma planilha, para ver meus gastos, parar de gastar com coisas desnecessárias, diminuir meus gastos.
A3	Guardar um dinheiro no futuro para poder ajudar minha família e também realizar minha faculdade de psicologia.
A4	Tentar andar certo com contas e gastar apenas o mais necessário para não se endividar.
A5	Planejar bastante, pesquisar tudo que for comprar principalmente se for a prazo devido aos juros.
A6	Diminuir gastos fazer uma planilha para sempre ver os gastos e tirar os desnecessários, e sempre gastar menos do que ganhamos.

Fonte: O autor (2019)

Com esse momento de reflexão, os alunos desenvolveram as competências 9 e 10, no qual puderam compreender a importância de cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões imediatas e futuras de ações realizadas no presente. Todos descreveram suas novas atitudes diante das preocupações em relação ao futuro próximo, atingindo assim o objetivo de cultivar uma cultura de prevenção.

Dessa forma, a partir das categorias definidas, é possível vislumbrar as algumas competências financeiras almeçadas e alcançadas, ainda que parcialmente, pela aplicação do material didático apresentado:

Quadro 10 - Categoria de análise: Orçamento pessoal e familiar

Unidades de análise		Categoria: Orçamento pessoal e familiar
Conhecimentos	Professor	- Os conhecimentos foram trabalhados a partir da exposição do tema e de seus conceitos. Por meio de exemplos práticos em sala de aula os alunos puderam compreender um pouco a respeito do assunto. Houve participação efetiva da professora regente, que acompanhou a aplicação do Produto Educacional, participando em alguns momentos com explicações e exemplos, interagindo com os alunos.
	Alunos	- Os alunos demonstraram muito interesse diante do tema proposto. A maioria disse que não costuma elaborar o orçamento, mas que entendiam ser de grande importância adquirir conhecimentos sobre Educação Financeira.
Habilidades	Professor	- Com o objetivo de desenvolver as habilidades, foram propostas duas atividades: a primeira em que o aluno teria que fazer a relação das despesas classificando-as como fixas, variáveis ou eventuais; e a segunda, na qual os alunos teriam que elaborar uma planilha anotando suas receitas e despesas.
	Alunos	- Houve participação de todos os alunos, porém, devido ao pouco conhecimento sobre Educação Financeira unido às dificuldades que alguns alunos da EJA apresentam, alguns confundiram as despesas fixas com variáveis, e variáveis com eventuais. Na segunda atividade a maioria anotou somente as suas despesas, e não realizaram a soma dos valores para analisar suas receitas e despesas. Mesmo assim, essas atividades permitiram que os alunos refletissem sobre o assunto, iniciando de forma simples a construção de seu próprio orçamento.
Atitudes	Professor	- Diante dos conhecimentos apresentados em aula e adquiridos pelos alunos, após o desenvolvimento das habilidades por meio das atividades propostas, foi realizado um momento de reflexão com os alunos através de uma pergunta no intuito de que os alunos pudessem raciocinar quais atitudes deveriam ser tomadas a partir daquele momento e que iriam contribuir para o seu próprio futuro e de toda a sociedade.
	Alunos	- As respostas dos alunos demonstram que todos compreenderam que é necessário mudar de atitude em relação às suas finanças, seja por meio da realização de planilhas, poupança, evitar o endividamento, planejar, pesquisar, diminuir os gastos etc. Além das respostas escritas, os alunos também expuseram oralmente suas ideias expressando grande entusiasmo diante dos novos conhecimentos.

4.4 APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 5 e 6 – CONSUMO PLANEJADO

4.4.1 Relatório da Aplicação do Produto Educacional

Foi devidamente preparado o plano de aula, conforme o Quadro 11:

Quadro 11 – Plano de aulas 05 e 06

<p>I. Plano de Aula: Data: 05/09/2019</p>
<p>II. Dados de Identificação: Escola: CEEBJA Professor: Antonio Paulo Guillen Hurtado Disciplina: Matemática Série: 1º, 2º, 3º Turma: Ensino Médio Coletivo Período: Noturno (2 aulas)</p>
<p>III. Tema: - CONSUMO PLANEJADO</p>
<p>IV. Objetivos: Objetivo geral: Conscientizar os alunos sobre a importância do consumo planejado. Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar as vantagens do consumo planejado, • Relacionar o consumo planejado com suas vantagens para o meio ambiente.
<p>V. Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vantagens do planejamento de consumo consciente, • Sustentabilidade.
<p>VI. Desenvolvimento do tema: Iniciar a aula questionando os alunos se eles consomem de forma controlada e consciente, motivando-os a refletirem sobre o tema da aula. Apresentar as vantagens que se obtêm ao planejar o consumo de forma consciente, e analisar os motivos que dificultam o planejamento do consumo.</p>
<p>VII. Recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos apresentados em anexo. • Quadro negro. • Celulares.
<p>VIII. Avaliação: Na primeira atividade, os alunos realizarão uma pesquisa sobre consumo planejado e assistirão a um vídeo sobre o tema. Após, realizarão outra atividade descrevendo algumas decisões que já tomaram na qual realizaram um consumo planejado e consciente. Ao final, o grupo de alunos irá refletir e discutir entre si, como as decisões tomadas em relação ao consumo interferem diretamente em suas próprias vidas e nas vidas de outras pessoas, e quais atitudes deveriam ser tomadas no momento presente, tendo em vista a preocupação com o futuro.</p>
<p>XIX. Bibliografia:</p> <p>BONTORIN, M. A. Educação Financeira e Planejamento Doméstico. Curitiba. 2013. Disponível em: http://docplayer.com.br/4682661-Educacao-financeira-e-planejamento-domestico.html. Acesso em: 16/04/2019.</p> <p>BCB. Capítulo 4: Consumo Planejado e Consciente. Banco Central do Brasil, 2016 (17m25s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z8vBvwxfuL0. Acesso em: 05/08/2019.</p> <p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O que é consumo consciente? 2019. Disponível em: https://www.mma.gov.br/informma/item/7591-o-que-%C3%A9-consumo-consciente. Acesso em</p>

29/07/2019.

MILETC, C. **Consumo Planejado e Consciente**. Disciplina Financeira. Planejamento Financeira Pessoal, 2016. Disponível em: <https://carlosmiletic.wordpress.com/2016/08/09/consumo-planejado-e-consciente/>. Acesso em: 29/07/2019.

Fonte: O autor (2019)

No início da aula, foi apresentado o tema do dia: “Consumo Planejado”, levantando a indagação aos alunos se eles normalmente planejavam antes de consumir ou simplesmente consumiam por impulso. Assim, os alunos puderam, logo de início, expor suas atitudes enquanto consumidores, e refletir sobre o que seria consumir de forma consciente.

Em seguida, conforme o material didático, foram expostas as vantagens de se planejar o consumo e realizá-lo de forma consciente. Desta maneira, os alunos compreenderam que o planejamento permite controlar o endividamento, auxilia na preservação do patrimônio, elimina gastos desnecessários, proporciona melhor utilização dos juros e dos recursos disponíveis, entre outros.

Também foi debatido com os alunos quais seriam os fatores que impedem o planejamento do consumo, sendo que houve nesse momento participação de todos, conforme fotografia 6.

Fotografia 6 – Alunos refletindo sobre Consumo Planejado



Fonte: O autor (2019)

Diante do debate, os alunos foram orientados a formar dois grupos e acessar um vídeo sobre consumo planejado, com o intuito de aprofundar o tema, e ver que é possível planejar o consumo em situações reais do dia a dia.

Logo após, foi realizada uma atividade para os alunos lembrarem se já haviam tomado alguma decisão consciente de consumo e descrever no material. Na sequência, foram apresentadas algumas perguntas com o objetivo de reflexão sobre o consumo, de acordo com a figura 7.

Figura 7 – Perguntas do Consumo Consciente



Fonte: Akatu (2014)

Mediante esse questionamento, foi realizada uma “roda de conversa” entre os alunos para que pudessem debater e refletir com os colegas a respeito de suas próprias decisões em relação ao consumo, anotando no material as respostas pertinentes.

4.4.2 Análise de Dados do Conteúdo Aplicado

Diante do conteúdo aplicado em sala de aula, foi realizada a análise dos dados.

Considerando que no início dessa aula foi levantada uma indagação a respeito do tema do dia: Consumo Planejado, os alunos puderam logo de início sentir-se curiosos e motivados a participarem efetivamente da aula. Após breve reflexão, cada um deles pôde responder se normalmente planeja antes de consumir ou se compra por impulso.

Dos seis alunos participantes da pesquisa (aula), cinco responderam que nunca planejam o que vão consumir, normalmente consumindo por impulso. Dessa forma, diante do tema apresentado, todos demonstraram interesse em discutir e compreender sobre o assunto.

Sendo assim, foram apresentadas as inúmeras vantagens para quem planeja o consumo, e por outro lado, os motivos que geralmente dificultam o planejamento. Nesse sentido, os alunos puderam novamente refletir sobre suas decisões de consumo, desenvolvendo as competências de debater direitos e deveres, além de leitura crítica de textos.

Na sequência, formaram-se dois grupos com três alunos cada, para assistir a um vídeo por meio de aparelhos celulares e descobrir outras vantagens do consumo planejado.

Após adquirir alguns conhecimentos necessários, foi realizada uma atividade para que todos pudessem desenvolver habilidades relacionadas ao consumo, sendo indagado: “Você consegue se lembrar de alguma vez que tomou uma decisão consciente de consumo? Descreva:”.

Quatro alunos responderam que não se lembravam, e, portanto, acreditavam que nunca consumiram de forma consciente. Todavia, dois alunos apresentaram exemplos de situações em que consumiram de maneira consciente.

Quadro 12 – Respostas dos alunos

A3	Sim que meu pai queria comprar um carro, mas o carro que ele queria estava muito alto o preço e nessa época a gente pagava aluguel e o carro estava muito caro.
A5	Sim, o dia que precisei comprar celular, comprei um que estava fora de lançamento barato, com bom custo benefício e paguei à vista.

Fonte: O autor (2019)

Depois de descreverem, os alunos explicaram aos demais colegas. O aluno “A3” detalhou que seu pai precisava comprar um carro para trabalhar, pois como trabalhava de pedreiro, necessitava para levar suas ferramentas, porém, ele aconselhou o pai a esperar mais um pouco para ver se encontrava algum veículo melhor e com um preço mais baixo, sendo que depois de uns quinze dias, conseguiram encontrar.

O aluno “A5” explicou que quando foi comprar seu aparelho celular, pois o anterior havia quebrado, gostaria de ter comprado algum que fosse “lançamento”, mas nesse caso teria que comprar e parcelar em vários meses, mas optou por comprar outro aparelho de boa qualidade, com um custo mais baixo e pagar à vista.

Assim, ficou evidenciado que a grande maioria consome de forma desorganizada, porém, alguns já possuem uma pequena noção dos benefícios de se planejar e consumir de forma consciente. Trabalhou-se, nesse momento, o desenvolvimento da sexta competência, ou seja, a participação de decisões financeiras considerando necessidades reais, analisando a viabilidade de compra em determinado momento.

Para finalizar a aula, foram apresentadas algumas perguntas para que os alunos novamente refletissem sobre consumir de modo consciente. Diante desse questionamento, foi realizada uma “roda de conversa” entre os alunos para que pudessem debater com os colegas a respeito de suas próprias decisões em relação ao consumo. Os alunos falaram como as decisões individuais interferem na própria vida e na vida de outras pessoas, analisando ainda quais atitudes poderiam ser tomadas no momento presente, tendo em vista a preocupação com o futuro.

Desse modo, os alunos descreveram o que devem fazer, ou seja, quais atitudes devem ser tomadas, considerando os conhecimentos adquiridos sobre consumo planejado, atuando assim, como multiplicadores da Educação Financeira:

Quadro 13 – Respostas dos alunos

A1	Pensar antes de comprar, pesquisar preços para termos mais vantagens.
A2	Porque nós somos estimulados o tempo todo a comprar, que o ter acaba sendo mais valioso do que o ser e várias pessoas usam as coisas para suprir suas carências emocionais.
A3	O que interfere diretamente na vida das pessoas é o consumo. Pode ajudar no futuro é guardar dinheiro para o futuro.
A4	Investir em uma poupança para o futuro para compra de uma casa, carro etc.
A5	Comprar sempre o necessário, não compre nada por moda que irá utilizar apenas 1 vez.
A6	É bom e vantajoso que nós temos dinheiro sobrando do que faltando. Administrar nosso dinheiro.

Fonte: O autor (2019)

Em consequência, levando em consideração as categorias definidas, segue o quadro descritivo das competências financeiras trabalhadas e adquiridas pelos alunos:

Quadro 14 - Categoria de análise: Consumo Planejado

Unidades de análise	Categoria: Consumo Planejado	
Conhecimentos	Professor	- Os conhecimentos foram tratados diante da indagação realizada ao iniciar a aula, onde os alunos refletiram sobre o tema. Ao serem apresentadas as vantagens e os impedimentos do consumo planejado foi possível uma análise sobre suas próprias vidas relacionando com o conteúdo do dia.
	Alunos	- No início desta aula, todos os alunos pensaram sobre o consumo, verificando se até aquele momento estavam consumindo de forma planejada ou desorganizada. Com a exposição dos conceitos e vantagens puderam adquirir alguns conhecimentos necessários para debater sobre o tema.
Habilidades	Professor	- Os alunos foram motivados pelo professor/pesquisador a formar grupos e acessar um vídeo pela internet para aprofundar seus conhecimentos relacionando-os com situações reais do seu dia a dia.
	Alunos	- Formaram-se dois grupos com três alunos cada, onde puderam assistir ao vídeo, e, posteriormente, dar exemplos de algumas situações em que consumiram de forma planejada e consciente.
Atitudes	Professor	- Foram apresentadas algumas perguntas para os alunos refletirem e responderem quais seriam as atitudes adequadas a partir daquele momento em relação ao consumo planejado e consciente, onde os alunos foram estimulados a debaterem suas ideias.
	Alunos	- Com uma roda realizada em sala de aula, todos puderam expor suas convicções e debater sobre o consumo, analisando como as decisões individuais refletem em toda a sociedade, relacionando o momento presente e o futuro.

Fonte: O autor (2019)

4.5 APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS AULAS 7 e 8 – POUPANÇA E INVESTIMENTO

4.5.1 Relatório da Aplicação do Produto Educacional

Foi desenvolvido o plano de aula, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 15 – Plano de aulas 07 e 08

<p>I. Plano de Aula: Data: 05/09/2019</p>
<p>II. Dados de Identificação: Escola: CEEBJA Professor: Antonio Paulo Guillen Hurtado Disciplina: Matemática Série: 1º, 2º, 3º Turma: Ensino Médio Coletivo Período: Noturno (2 aulas)</p>
<p>III. Tema: - POUPANÇA E INVESTIMENTO</p>
<p>IV. Objetivos: Objetivo geral: Identificar as formas de poupança e investimento. Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constatar as diferenças entre poupança, caderneta de poupança e investimentos. • Conhecer alguns tipos de investimentos. • Desenvolver habilidades para aprender a poupar.
<p>V. Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A diferença entre poupança e caderneta de poupança. • O que é e quais são os tipos de investimentos.
<p>VI. Desenvolvimento do tema: Iniciar a aula levantando a indagação se algum dos alunos costumam poupar dinheiro e de que forma. Após a respostas, pode-se motivar os alunos a refletirem se o que fazem é poupança, caderneta de poupança ou algum investimento. Apresentar os conceitos de cada um no intuito de promover o interesse dos alunos em conhecerem e começarem a fazer a experiência na prática. Demonstrar alguns tipos mais conhecidos de investimentos, e acessar um vídeo para aprofundamento sobre o assunto. Ao final, realiza-se as atividades para que os alunos consigam desenvolver suas habilidades referentes ao tema do dia.</p>
<p>VII. Recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos apresentados em anexo. • Quadro negro. • Celulares.
<p>VIII. Avaliação: Na primeira atividade, os alunos realizarão uma pesquisa sobre os tipos e classificações de investimentos e assistirão a um vídeo sobre o tema. Após, realizarão outra atividade simulando valores aplicados na caderneta de poupança e o rendimento ao longo de um período. Finalizarão a aula refletindo e descrevendo quais atitudes devem ser tomadas de forma que contribua com a Educação Financeira. Obs: Nessa aula também será realizada uma atividade de avaliação final abordando os três temas trabalhados: orçamento pessoal e familiar, consumo planejado, poupança e investimento.</p>
<p>XIX. Bibliografia: BONTORIN, M. A. Educação Financeira e Planejamento Doméstico. Curitiba. 2013. Disponível em: http://docplayer.com.br/4682661-Educacao-financeira-e-planejamento-domestico.html. Acesso em: 16/04/2019.</p>

FERREIRA, Ramiro Gomes. **Quais são os Tipos e Classificações de investimentos?** Clube do Valor, 2018 (11m07s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=euSb3y55v10>. Acesso em: 24/07/2019.

TORO. **Rendimento da Poupança Hoje**. 2019. Disponível em: <https://artigos.toroinvestimentos.com.br/poupanca-rendimento-hoje>. Acesso em 29/07/2019.

Fonte: O autor (2019)

Ao iniciar a aula, foi exposto o tema: Poupança e Investimento, e indagado aos alunos se algum deles tinha costume de poupar e de que maneira realizava isso. Após ouvir as respostas dos alunos, questionou-se diante dos exemplos apresentados se estariam poupando, aplicando ou investindo, no intuito de despertar o interesse dos alunos.

Assim, foram apresentados os conceitos de poupança e quais seriam as diferenças em relação aos investimentos. Explicou-se também sobre a caderneta de poupança, e alguns outros tipos de investimento, fazendo uma análise sobre eles.

Em seguida, os alunos realizaram uma pesquisa em dois grupos com três alunos cada, por meio de celulares, a respeito dos tipos e classificações de investimentos, e assistiram a um vídeo para aprofundamento do conteúdo.

A segunda atividade realizada consistiu em preencher uma tabela simulando aplicações mensais na caderneta de poupança, com valores e rendimentos próximos da realidade dos alunos, verificando qual valor seria possível poupar após decorridos 6 meses.

Na sequência, os alunos puderam realizar um momento de reflexão descrevendo quais atitudes cada um pretendia tomar a partir daquele momento, de forma que auxiliasse sua vida em relação à Educação Financeira.

Como forma de fazer uma revisão sobre os conteúdos abordados nas 8 aulas, foi feita uma atividade final com os alunos, sendo que eles puderam descrever, e, posteriormente, partilhar com os colegas as suas respostas.

Essa revisão realizou-se por meio de um quadro resumido mencionando as categorias trabalhadas na pesquisa: Orçamento Pessoal e Familiar, Consumo Planejado, Poupança e Investimento, assim como as unidades de análise que foram feitas: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes.

Dessa maneira, em cada categoria foi possível vislumbrar os conhecimentos adquiridos pelos alunos por meio do material didático, e as habilidades desenvolvidas por cada um deles, normalmente pela realização das atividades propostas, sendo que deveriam então, preencher quais seriam as atitudes adequadas a serem tomadas a partir desses conhecimentos e habilidades adquiridas.

Por fim, sobreveio a questão que também foi respondida e partilhada no grupo, de que forma suas atitudes individuais poderiam ter uma interferência no âmbito local, regional ou global.

4.5.2 Análise de Dados do Conteúdo Aplicado

No início destas aulas (duas últimas), o tema proposto foi: Poupança e Investimento. Com a perspectiva de motivação dos alunos, indagou-se aos alunos se alguém possuía o costume de poupar e de que forma realizava. Os alunos puderam responder oralmente e dessa forma, por meio de seus exemplos começou-se uma reflexão inicial a respeito do tema apresentado.

Do total de seis participantes, quatro disseram que nunca guardaram dinheiro, um aluno respondeu que, algumas vezes, poupou guardando o dinheiro em casa mesmo para comprar algo que pretendia, e apenas um aluno respondeu que já poupou, inclusive guardando na caderneta de poupança, mas que no momento não possuía mais esse investimento.

Diante dessas respostas iniciais, foi possível verificar que os alunos apresentaram pouco conhecimento a respeito do tema e dificuldades em poupar ou investir dinheiro.

A partir dessa participação inicial dos alunos, foram apresentados os conceitos de Poupança, e qual seria a sua diferença em relação ao Investimento. Também foi explicado a respeito da Caderneta de Poupança e como se realizam os rendimentos mensais. Sendo assim, possibilitou-se, nesse momento, que os alunos fossem adquirindo conhecimentos básicos sobre o tema, despertando interesse em ler, compreender e aplicar esse conhecimento.

Também foi demonstrada a existência de outros tipos de investimentos, e as formas de se analisar cada um deles, sob a ótica da segurança, liquidez e retorno. Para aprofundar esses conhecimentos, os alunos realizaram uma

pesquisa em grupo de três alunos, por meio de aparelhos celulares, acessando um vídeo sobre os tipos e classificações de investimentos acessando o link: <https://www.youtube.com/watch?v=euSb3y55v10>. Nesse sentido, foi abordada a competência financeira de educação para o consumo e a poupança, de acordo com os objetivos da ENEF.

Na sequência, realizou-se outra atividade, dessa vez, com o objetivo de que os alunos pudessem desenvolver habilidades práticas em relação à Poupança e Investimento. Assim, a atividade consistia em preencher uma tabela de simulação de depósitos e rendimentos mensais na Caderneta de Poupança. Os alunos deveriam preencher os depósitos mensais, calcular os rendimentos, e apresentar o saldo ao final de seis meses aplicando os valores na Caderneta de Poupança.

Os alunos realizaram essa atividade, mas alguns precisaram de auxílio, devido suas dificuldades com cálculos. Portanto, alguns tiveram o auxílio do professor/pesquisador ou da professora regente para realizar os cálculos matemáticos. Novamente foram trabalhadas competências da ENEF, no sentido de que os alunos puderam ler e interpretar textos do universo de Educação Financeira, elaborar planejamento financeiro com ajuda e participar de decisões financeiras considerando suas necessidades reais.

Em seguida, os alunos refletiram a respeito das atitudes que deveriam ser tomadas para auxiliá-los na Educação Financeira. E assim, para revisar todo o conteúdo aplicado nas oito aulas, foi realizada a última atividade, sendo apresentado um quadro resumido com os temas propostos, conhecimentos trabalhados em aula, habilidades desenvolvidas pelos alunos, sendo que os participantes deveriam descrever quais seriam as atitudes corretas que cada um poderia tomar a partir daquele momento.

Dessa forma, o quadro resumido apresenta-se a seguir:

Quadro 16 – Resumo das 8 aulas

	CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR	Orçamento é o registro detalhado das receitas e despesas.	Entendimento sobre as classes e classificações das despesas.	
CONSUMO PLANEJADO	Planejar o consumo de forma consciente é fazer primeiramente aquilo que tem maior relevância dentro da sua realidade de vida, evitando desperdícios.	Conscientização da importância de se planejar o consumo, sabendo que todas decisões no presente interferem diretamente no nosso futuro.	
POUPANÇA E INVESTIMENTO	Poupança se refere ao ato de fazer economias. É a diferença entre as receitas e as despesas. Quando se direciona essa poupança para algum tipo de investimento, isso pode gerar renda.	Compreensão sobre os cálculos e rendimentos aplicados na Caderneta de Poupança.	

Fonte: O autor (2019)

Tendo em vista as questões apresentadas, cada aluno respondeu da seguinte forma:

Quadro 17 – Respostas dos alunos: Atitudes em relação ao Orçamento Pessoal e Familiar

ALUNOS	ATITUDES
A1	Começar a organizar meus orçamentos.
A2	Começarei a fazer planilha para evitar os gastos.
A3	Fazer uma planilha.
A4	Fazer orçamento.
A5	É bem variável.
A6	Fazer o dinheiro render.

Fonte: O autor (2019)

Quadro 18 – Respostas dos alunos: Atitudes em relação ao Consumo Planejado

ALUNOS	ATITUDES
A1	Comprar produto mais barato, pesquisar mais os preços.
A2	De agora em diante, farei um planejamento de contar os gastos.
A3	Eu sempre pesquisarei quando for comprar.
A4	Fazer comparação de produtos em qualidade e preço.
A5	Muito importante o planejamento, já me planejava muito com o ensinamento de hoje aprendi bem mais.
A6	Pesquisar preços e evitar comprar as coisas sem olhar o preço.

Fonte: O autor (2019)

Quadro 19 – Respostas dos alunos: Atitudes em relação a Poupança e Investimento

ALUNOS	ATITUDES
A1	Vou tentar poupar, guardar um dinheiro para outras despesas que precisar.
A2	Eu já faço poupança para quando houver um gasto imediato.
A3	Sim é legal poupar dinheiro.
A4	Fazer uma conta poupança para guardar um dinheiro.
A5	Planejar muito antes de investir que é importante.
A6	Colocar o dinheiro para render para nosso futuro.

Fonte: O autor (2019)

Ainda em relação às atitudes, os alunos foram questionados: “De que forma suas atitudes individuais podem ter uma abrangência local, regional, nacional ou global (dimensão espacial)?”. Seguem as respostas no quadro abaixo:

Quadro 20 - Respostas dos alunos (dimensão espacial)

ALUNOS	ATITUDES
A1	Eu acho que é bom poupar para que sempre que precisar terei um dinheiro para outros gastos que eu possa querer.
A2	Não acho que minhas atitudes individuais abrangem esses fatores.
A3	A sociedade ser mais consciente quando for gastar no futuro é também pesquisar mais o planejamento. Fazer tipo uma planilha de orçamento para ajudar nos gastos familiares.
A4	Ajudando as pessoas a não ficarem endividadas com cartões, empréstimos, etc.
A5	Aumentar concorrências bancárias.
A6	Formação de uma sociedade mais consciente.

Fonte: O autor (2019)

Após cada aluno descrever quais seriam suas atitudes a partir daquele momento, foi aberta uma discussão em grupo, onde todos puderam expressar suas opiniões, experiências e dúvidas. Foi possível verificar que todos os participantes demonstraram grande interesse sobre os assuntos e conseguiram debater, expor suas ideias, apresentar exemplos de suas vidas, porém, quando precisavam expressar de forma escrita, praticamente todos encontraram muitas dificuldades.

Nessas duas aulas, de acordo com as categorias definidas, também foram abordadas e desenvolvidas as competências financeiras esperadas, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 21 - Categoria de análise: Poupança e Investimento

Unidades de análise	Categoria: Poupança e Investimento	
Conhecimentos	Professor	- Os conhecimentos foram trabalhados diante da explicação do que seria poupança e investimento. Foram expostos vários tipos de investimentos, dentre eles, a Caderneta de Poupança sendo o mais conhecido. Também foram demonstradas as formas mais comuns de se analisar um investimento.
	Alunos	- Os alunos iniciaram a aula respondendo se tinham o hábito de poupar e de que maneira. Puderam dessa forma, ter maior interesse no assunto do dia e mencionar seus próprios exemplos de vida diante do tema abordado.
Habilidades	Professor	- Com a finalidade de desenvolver as habilidades, foram ofertadas atividades de pesquisa sobre os tipos de investimentos, e outra de simulação de depósitos em uma Caderneta de Poupança, calculando os rendimentos e saldo após determinado período.
	Alunos	- Os alunos realizaram a pesquisa em grupo e assistiram a um vídeo explicativo sobre os tipos e classificações de investimentos. Posteriormente, realizaram a atividade onde puderam simular a aplicação de determinados valores dentro de sua realidade em uma Caderneta de Poupança, verificando os rendimentos e saldo após determinado período.
Atitudes	Professor	- Diante dos conhecimentos expostos em aulas e as habilidades que os alunos desenvolveram, foi realizado um momento de reflexão a respeito do tema do dia, assim, como dos temas trabalhados nas aulas anteriores. Por meio de um quadro, os alunos teriam que descrever quais atitudes deveriam ser tomadas diante de cada assunto aprendido em aula, e ainda, relacionar como essas atitudes teriam uma influência em outras localidades.
	Alunos	- Todos puderam descrever quais atitudes tomariam diante dos conhecimentos adquiridos, e após, partilhar em grupo com os amigos, por meio de exemplos práticos do dia a dia, como essas atitudes poderiam mudar suas vidas, as vidas de suas famílias, da cidade em que vivem ou até mesmo do país.

Fonte: O autor (2019)

Assim, a aplicação do Produto Educacional alcançou seus objetivos de forma satisfatória, contribuindo para a disseminação da Educação Financeira nas Escolas e para a formação da cidadania, educando para um consumo consciente, oferecendo conceitos e ferramentas que possam auxiliar os alunos no que diz

respeito ao sistema financeiro, proporcionando formas de melhorar sua própria condição de vida, e, conseqüentemente, de toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o objetivo central dessa pesquisa foi o desenvolvimento de um livro didático sobre Educação Financeira com base nos pressupostos da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, para ser aplicado no ambiente escolar, mais precisamente na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Diante dessa proposta, buscaram-se, nessa pesquisa, algumas soluções para a pergunta problema: Como a Educação Financeira pode ser trabalhada na EJA, contribuindo para a formação dos alunos?

Assim, para iniciar a pesquisa foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura com o intuito de verificar os artigos científicos e dissertações de mestrado que abordavam o tema Educação Financeira e Educação de Jovens e Adultos. Por meio dessa revisão, foi possível verificar que poucos materiais versam sobre Educação Financeira relacionando-a com a EJA.

Nesse sentido, desenvolveu-se a elaboração do Produto Educacional, ou seja, o livro didático: Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos, visando aplicar os conteúdos pertinentes nessa modalidade de ensino, de forma que pudessem contribuir na formação desses alunos.

Tendo em vista o objetivo apresentado, foi efetuada uma revisão teórica sobre Educação de Jovens e Adultos, abordando sua trajetória, dificuldades, conquistas e o seu diferencial. Da mesma forma, apresentou-se o referencial teórico sobre Educação Financeira, demonstrando seu conceito e sua importância, destacando-a no âmbito nacional, principalmente por meio do Programa Educação Financeira nas Escolas e Educação Financeira de Adultos, evidenciando e conscientizando a necessidade de se promover o tema dentro do ambiente escolar.

Destarte, o referencial teórico abordou de forma detalhada o tópico Educação Financeira nas Escolas, em consonância com os objetivos do Plano Diretor da ENEF e com os materiais disponibilizados pela OCDE. Ainda, apontou a relevância do tema, de acordo com a BNCC, que orienta que o tema deve ser trabalhado de forma transversal e contextualizada, assim como as Diretrizes do Estado do Paraná, que preveem conteúdos curriculares que sejam importantes para as experiências e trajetórias de vida dos alunos.

Considerando que o Produto Educacional a ser desenvolvido seria um livro didático, o referencial teórico também mencionou sobre o livro didático no Brasil, esclarecendo seu amparo legal e suas exigências na atualidade.

Na etapa posterior, foi desenvolvida a abordagem metodológica da pesquisa, caracterizando o estudo como uma pesquisa tecnológica. Em relação ao produto educacional, foi proposto baseado na linha de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino da UENP: “Formação Docente, Recursos Tecnológicos e Linguagens”, em conformidade com as determinações da CAPES, abordando conteúdos sobre Educação Financeira a partir de um Levantamento Bibliográfico das Publicações Acadêmico-Científicas sobre a Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos, além de materiais elaborados pelo CONEF e publicados pelo MEC.

Desta maneira, foram definidos os subtemas do livro:

Introdução: Noções sobre Educação Financeira,

1. Orçamento Pessoal e Familiar,
2. Consumo Planejado,
3. Poupança e investimento,
4. Crédito,
5. Endividamento,
6. Aposentadoria,
7. Alimentação,
8. Moradia,
9. Transporte,
10. Saúde,
11. Educação,
12. Despesas diversas.

A Proposta Metodológica de Formação em Educação Financeira fundamentou-se nos estudos de Moraes e Freitas (2019), no qual são trabalhados os pressupostos básicos (dimensão espacial e temporal), objetivos (de acordo com a ENEF), competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) e implicações (em consonância com o Decágono de competências da ENEF).

Após definição da proposta metodológica e dos subtemas a serem abordados no livro, foi desenvolvido o material didático e apresentado a três professores especialistas na área de matemática e/ou na EJA para realizarem uma

avaliação. Os três professores fizeram a avaliação do material, sendo que a partir de suas respostas e sugestões foram realizados os ajustes para aprimoramento do Produto Educacional, e conseqüente aplicação.

Sendo assim, o livro didático: Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos foi apresentado aos Diretores do CEEBJA na cidade de Cornélio Procópio e aplicado em sala de aula com alunos da EJA em uma turma do Ensino Médio na disciplina de Matemática.

Apesar do livro conter a introdução e doze capítulos, devido à disponibilidade do tempo permitida pela coordenação da escola, foram selecionadas a Introdução e três capítulos para serem trabalhados durante oito aulas.

No decorrer das aulas, foi possível perceber o interesse de todos os alunos a respeito do aprendizado sobre Educação Financeira, sendo que todos participaram de forma ativa, demonstrando exemplos, apresentando dúvidas, respondendo às atividades e participando dos debates. Nessa modalidade de ensino, mais precisamente nesta turma no qual foi aplicado o Produto Educacional ficou evidenciado que realmente se trata de um público diferenciado, abrangendo jovens e adultos de mais idade, onde praticamente todos já estão inseridos no mercado de trabalho, sendo responsáveis por suas próprias finanças, e muitas vezes, pelas finanças de sua família.

Apesar do grande interesse sobre o assunto e da participação ativa em sala de aula, quando os alunos tinham que realizar cálculos, ainda que simples, quase todos apresentavam grandes dificuldades em fazê-los, tendo que serem auxiliados pela professora regente ou pelo professor pesquisador.

No que se refere a responder perguntas, apresentaram grandes dificuldades em expor suas ideias no papel, todavia, quando os alunos tinham que falar individualmente ou em grupo, praticamente todos eles conseguiam expressar suas opiniões, dar exemplos, sugestões, enfim, contribuir com o desenvolvimento do tema, e, conseqüentemente, da aula.

Mesmo diante da dificuldade dos alunos em realizarem algumas atividades que envolviam cálculos matemáticos ou em responder algumas questões de forma mais aprofundada, por meio desse Produto Educacional desenvolvido e aplicado na EJA, foi possível promover a Educação Financeira de acordo com as finalidades da ENEF, principalmente no que se refere ao fortalecimento da cidadania, e promoção da tomada de decisões financeiras consciente e autônomas.

Os alunos compreenderam a importância do assunto por meio dos conteúdos apresentados, desenvolveram habilidades realizando as atividades propostas no material, e tomaram consciência de que atitudes precisam ser tomadas para que ocorra uma mudança na condição atual de sua vida e de suas famílias. Assim, foram desenvolvidas as competências almejadas por esse estudo, no escopo de levar os alunos a refletirem por meio da informação, orientação e formação.

Os resultados evidenciam que houve formação e conscientização, seja por parte dos alunos, assim como pelos professores, porém, seria necessária uma carga horária maior a ser disponibilizada para que o material completo pudesse ser aplicado em sala de aula, pois desta forma, todos os outros assuntos que também são de grande relevância no que diz respeito à Educação Financeira, poderiam ser abordados e debatidos com os alunos, levando conhecimentos importantes para dentro da sala de aula.

Vislumbra-se que o material didático elaborado por meio dessa pesquisa está em conformidade com o Programa Educação Financeira nas Escolas, sendo adequado sua aplicação na modalidade de ensino EJA, podendo ser trabalhado de forma transversal em qualquer disciplina, assim como no Ensino Médio regular.

Considerando que a BNCC orienta que os assuntos referentes à Educação Financeira devem ser discutidos na escola favorecendo a interdisciplinaridade do estudo, o presente Produto Educacional será de grande utilidade no âmbito educacional, haja vista, a relevância do assunto principal, a clareza nas instruções, facilidade de compreensão dos conteúdos expostos, tarefas de acordo com a realidade de vida dos alunos, atrativos do livro, facilidade de aprendizagem a curto prazo e referenciais de credibilidade.

Em razão do exposto, percebe-se que o tema abordado na pesquisa é relevante, sendo possível trabalhar a Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos contribuindo para a formação e vida dos alunos.

REFERÊNCIAS

AKATU. **Seis perguntas do consumo consciente**. Consumo consciente para um futuro sustentável, 2014. Disponível em: <https://www.akatu.org.br/noticia/seis-perguntas-do-consumo-consciente/>. Acesso em 15 mar. 2019.

ANCEP. Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência. **5ª Semana Nacional da Educação Financeira aconteceu em Brasília**, 2018. Disponível em: <http://www.ancep.org.br/wp/noticias/5a-semana-nacional-da-educacao-financeira-aconteceu-em-brasilia>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ANDRADE, E. A importância do desenvolvimento de competência financeira. In: ANDRADE, E. **Tópicos Avançados em Educação Financeira**. Vol. 2 Piracicaba: O Autor, 2012.

ARAUJO, F. C.; CALIFE, F. E. **A História não contada da educação financeira no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/blog-do-economista/boa-vista-scpc-publica-artigo-sobre-historia-da-educacao-financeira-brasil/attachment/a-historia-nao-contada-da-educacao-financeira-no-brasil-pdf/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

AYRES, R. Diversidade na educação de jovens e adultos: o compromisso dos municípios. Ipatinga, MG, 2003. **Documento apresentado no telecongresso SESI de EJA**. Disponível em: http://telecongresso.sesi.org.br/4telecongresso/downloadAnexo.Php?arquivo=arquivos%2Fbiblioteca%2Fdiversidade+a+educa%E73o+de+jovens+e+adultos+o+compromisso+dos_munic5.doc. Acesso em: 10 out. 2017.

BADER, M.; SAVOIA, J. R. F. Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, mar./abr. 2013.

BARROS, D. M. V. (Org.). **Educação de jovens e adultos na sociedade da informação e do conhecimento: tecnologias e inovação**. Bauru: Corações e Mentes, 2004.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BEISIEGEL, C. R. Mudança social e mudança educacional. *In*: _____. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BEZERRA, G. F.; SANTANA, M. S. R. A Educação de Jovens e Adultos: notas históricas e proposições críticas. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v.2, n.5, p.93-103, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 julho de 1934)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União – Seção 1 – 5/1/1939, Página 277. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BRASIL. **Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor**. Ministério da Educação. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15361-aluno-caderno01-2014&Itemid=30192. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. **Indicadores Educacionais, 2018**. INEP/MEC. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em 21 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**. Brasília. 2008. Brasil, Constituição BRASIL. Diário Oficial da União. Seção 1, Nº 173, 8 de setembro de 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/09/2017&jornal=1&pagina=27&totalArquivos=752>. Acesso em 18 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**, jun. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em 05 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Proposta preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017 a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Trabalho e Consumo. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000046.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil no G-20. 2019**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>. Acesso em 21 jul. 2019.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 003, de 21 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre a execução do PNLD. Disponível em: file:///C:/Users/anton/Downloads/res003_21022001.pdf. Acesso em: 30 mai. 2019.

BRASIL. **Semana ENEF**. 2018. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/senama-enef/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRONSTRUP, T. M.; BECKER, K. L. Educação Financeira nas Escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). **CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 8, n. 2, p. 19-44, dez. 2016.

BUNGE, M. **Treatise on basic philosophy**. Part. II. Boston: D. Reidel, 1985, v. 7.

CAMPOS, M. B. **Educação financeira na Matemática do Ensino Fundamental: uma análise da produção de significados**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CAMPOS, M. B.; SILVA, A. M. A Produção de Significados de Estudantes do Ensino Fundamental para Tarefas de Educação Financeira. **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, 2014, v. 7, nº 14, p. 283 a 298.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. 2016. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/documentos/Criterios_apcn_2semestre/Crit%C3%A9rios_de_APCN_2017_-_Ensino.pdf. Acesso em 29 mai. 2019.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 07 set. 2018.

CASÉRIO, V. M. R. Uma visão histórica da educação de adultos no Brasil. In: _____; BARROS, D. M. V. (Org.). **Educação de jovens e adultos na sociedade da informação e do conhecimento: tecnologias e inovação**. Bauru: Corações e Mentes, 2004.

CEPE. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Resolução nº. 029/2011/UENP. Disponível em: <https://www.uenp.edu.br/regulamento-extensao/file>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. (Orgs.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** São Paulo: Atlas, 2010, p. 1.

COELHO, T. C. F. **Educação Financeira para Crianças e Adolescentes**. 2014, 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2014.

CONEF. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental**. Brasília: CONEF, 2014.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor** [elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013, Bloco 1, 1ª Edição Revisada.

CONFINTEA. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, 1997, Hamburgo. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

CONTO, S. M. de; FUHR, I. J.; FALEIRO, S. N.; KRONBAUER, K. A. O comportamento de alunos do ensino médio do vale do Taquari em relação às finanças pessoais. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, 2015.

CUPANI, A. La peculiaridad del conocimiento tecnológico. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 353-371, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v4n3/a01v4n3.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia: um convite**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

D'AQUINO, C. **Educação Financeira: como educar seu filho**. Rio de Janeiro, Campus, 2007.

DA SILVA, I. T.; SELVA, A. C. V. Programa de Educação Financeira nas Escolas- Ensino Médio: uma análise das orientações contidas nos livros do professor e suas relações com a matemática. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 9, n. 1, p. 140-157, 2018.

DALTO, J. O.; VIOLA DOS SANTOS, J. R. Sobre Análise de Conteúdo, Análise Textual Discursiva e Análise Narrativa: investigando produções escritas em Matemática. **Anais...V Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, 11 28 a 31 de outubro de 2012, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Educação financeira ainda engatinha nas escolas brasileiras. 2018. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/en/estado-escolas-brasileiras/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Governança. 2011**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/en/enef/>. Acesso em 22 jul. 2019.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Livros – Ensino Médio**, 2013. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/ensino-medio-apresentacao/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Modelo Conceitual e Objetivos.** 2011. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/en/modelo-conceitual-e-objetivos/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. O Programa.** O Programa Educação Financeira nas Escolas. 2019, p. 1. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor**, 2011 a. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor**, Anexos, 2011 b. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**. Vol. 5, edição especial, p. 183-196, 2001.

FREITAS JUNIOR, V.; WOSZEZENKI, C.; ANDERLE, D. F.; SPERONI, R.; NAKAYAMA, M. K. A pesquisa científica e tecnológica. **Revista Espacios**, v. 35, n. 9, p. 12, 2014.

GADOTTI, M. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 2000, Évora. **Um olhar sobre Paulo Freire: trabalhos apresentados...** Évora, PT: Universidade de Évora, 2000.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUILLEN HURTADO, A. P.; FREITAS, C. C. G. Levantamento Bibliográfico das Publicações Acadêmico-Científicas sobre a Educação Financeira Aplicada na Educação de Jovens e Adultos. In: **II Congresso Internacional de Ensino**, 2019, Cornélio Procópio.

HADDAD, S.; SIQUEIRA, M. C. D. P.; FREITAS, M. V. O ensino supletivo de 2o grau. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.68, fev. 1989.

HOFMANN, R. M. **Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. 2013. 329f. Tese – (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/d2013_Ruth%20Margareth%20Hofmann.pdf . Acesso em: 21 nov. 2018.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Pai Rico Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 59ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

KRAEMER, M. E. P. Avaliação da Aprendizagem como Construção do Saber. In: **V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur**, 2005, Universidade Federal de Santa Catarina – SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96974?show=full>. Acesso em 13 mar. 2019.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Revista Educação & Sociedade**. Ano XXI, nº 70, abril/2000, p. 20.

LEAL, D. T. B.; MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: XI SEMEAD. Empreendedorismo em organizações. **Anais...2008**. São Paulo, p. 28-29, ago. 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. IX SEMEAD – Administração no Contexto Internacional. Seminário em Administração. **Anais...2006**. São Paulo, v. 9, 2006.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 6ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997.

MANDELL, L. **Press release announcing results of 2008 high and college survey**. Washington: Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy, 2008.

MORAES, F.A. **Educação Financeira: Curso de Capacitação na Formação Docente Inicial**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino), PPGEN UENP, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431620/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o-%20ED.%20FINANCEIRA-%20Curso%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20na%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Docente%20Inicial-%20FL%C3%81VIA.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MORAES, F. A.; FREITAS, C. C. G. Metodologia para formação em educação financeira. In: Letícia Joveilna Storto; Eliana Merlin Deganutti de Barros; Marilúcia dos Santos Domingos Striquer. (Org.). **Resultados de pesquisa em ensino:**

reflexões teórico-metodológicas, experiências docentes e propostas didáticas. 1ed.Londrina: Syntagma Editores, 2019, v. 1, p. 1-300.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v.9, n. 2, p.191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2006.

NOGUEIRA, M. L. **Reflexões sobre Elaboração de Material Didático para Educação a Distância: Uma experiência CEAD-UNIRIO**, 2012. Dissertação (Mestrado em Design), PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20978@1>. Acesso em: 30 mai. 2019.

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Assessoria de Comunicação Social. **OECD's Financial Education Project**. OCDE, 2004. Disponível em: www.oecd.org/. Acesso em: 23 out. 2017.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 12. Set., 1999.

OLIVEIRA, R. S. O. **Educação financeira em sala de aula na perspectiva da etnomatemática**. Faculdade de Ciências Campus de Bauru. 2007. p. 10. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Roger%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Curitiba. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf. Acesso em 05 mar. 2019.

PERRENOUD, P. **10 Novas competências para ensinar: convite à viagem**. São Paulo: Editora Artmed, 2000.

REBELLO, A. P.; ROCHA FILHO, J.B. Educação Financeira: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico. **HOLOS**, 2015, ano 31, Vol. 6.

RIBEIRO, C. A. S.; ALVES, T. T. S.; SOUZA, G. L. R.; SOUZA, K. M. Educação Financeira Aplicada à Educação de Jovens e Adultos na Região do PADAP, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação e Cultura** – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo. 2015. p. 92-117.

SAITO, A. T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. A Educação Financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE. **Anais...** São Paulo. Departamento de Administração – FEA. USP, 2006.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v.41, n. 6, p. 1121 a 1141, 2007.

SILVA, A. L. P.; BENEVIDES, F. T.; DUARTE, F. V.; OLIVEIRA, J. N.; CORDEIRO, R. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **Revista Principia**. 2018. Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB / n. 41. p. 215-224.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 11, Curitiba – PR. **Anais...**, Curitiba, PR, PUCPR, 2013.

SOUZA-LUZ, Ana C. C. C. **Análise e Avaliação de Livros Didáticos e a Etapa de Seleção das Coleções do PNLD: a participação do professor de língua inglesa**, 2015. Dissertação Mestrado em Estudos da Linguagem, UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000203861>. Acesso em 20 mar. 2019.

TOMLINSON, Brian (Org.). **Developing Materials for Language Teaching**. London: Continuum, 2003.

UENP. **Área de Concentração e Linhas de Pesquisa**. Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2018. Disponível em: <https://uenp.edu.br/mestrado-ensino-pesquisa>. Acesso em 21 jul. 2019.

VERCEZE, R. M. A. N.; SILVINO, E. F. M. O Livro Didático e suas Implicações na Prática do Professor nas Escolas Públicas de Guajará-Mirim. **Revista Práxis Educacional**, Vol. 4, nº 4, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,....., fui convidado (a) e aceito participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS” de responsabilidade do mestrando Antonio Paulo Guillen Hurtado e do orientador Prof. Dr. Carlos Cesar Garcia Freitas.

O trabalho tem por finalidade aplicar aulas de Educação Financeira, baseada no livro didático, produto educacional fruto da dissertação de mestrado, em uma turma do ensino Médio da EJA.

A minha participação nesta pesquisa consistirá em frequentar as aulas nos dias e horários estipulados, bem como colaborar na realização de questionários envolvendo a temática.

Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo. Além disso, estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Fui informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Portanto, meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade e, se eu desejar, terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.

Cornélio Procópio, de.....de 2019.

.....

Assinatura do (a) participante

.....

Assinatura dos pesquisadores